





**1**

ACABAR COM A FOME  
E A MISÉRIA



**2**

EDUCAÇÃO BÁSICA  
DE QUALIDADE PARA  
TODOS




**3**

IGUALDADE ENTRE  
SEXOS E VALORIZAÇÃO  
DA MULHER




**4**

REDUZIR A  
MORTALIDADE INFANTIL




**5**

MELHORAR A SAÚDE  
DAS GESTANTES



**6**

COMBATER A AIDS,  
A MALÁRIA E OUTRAS  
DOENÇAS




**7**

QUALIDADE DE VIDA  
E RESPEITO AO MEIO  
AMBIENTE



**8**

TODO MUNDO  
TRABALHANDO PELO  
DESENVOLVIMENTO



**9**

DEL E EQUIDADE SOCIAL  
NO CONLESTE

# OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

MUNICÍPIOS DO CONLESTE

ANO DE 2007

Relatório de Acompanhamento

# EXPEDIENTE E CRÉDITOS

## IDEALIZAÇÃO

Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos ONU-HABITAT / ROLAC e Petrobras:

*Cecília Martinez Leal*

Diretora do Escritório Regional para América Latina e o Caribe do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos ONU-HABITAT / ROLAC

*Paulo Roberto Costa*

Diretor de Abastecimento da Petrobras

## COORDENAÇÃO GERAL E SUPERVISÃO

Escritório Regional para América Latina e o Caribe do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, ONU-HABITAT/ROLAC

*Erik Vittrup Christensen, Oscar*

*Fernando Marmolejo Roldan, Fernanda Porto Aranha, Rayne Michelli Ferretti e Daniele Kowalski.*

## FINANCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO NO COMITÊ DE COORDENAÇÃO

Petrobras, por meio do Centro de Informações do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ

*Abdo Gavinho, Paula Anastácia de Amorim Santos, Marcelo Honor dos Santos, Carlos Renato Lemos Rodrigues, Isabela Lemos da Costa e Pedro Carlos Lemos da Costa.*

## PESQUISA, ANÁLISES E DOCUMENTAÇÃO

Universidade Federal Fluminense

FACULDADE DE ECONOMIA

*Jorge Britto, Carlos Guanziroli, Alberto Di Sabbato, Ruth Dweck, Cláudio Considera, Leonardo Mulls, Luciano Losenkan, Daniel Ribeiro de Oliveira, Gustavo Abrahão Flores, Felipe Pinheiro, Patrícia Antunes Ferreira*

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

*Jorge Nassim Vieira Najjar, Sueli Camargo Ferreira, Crisostómo Lima do Nascimento, Alexandre Mendes Najjar, Gelcinete Lopes da Silva, Matheus Ribeiro Motta de Almeida, Valéria da Silva Coelho*

## INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL

*João Batista de Abreu Junior, Luiz Edmundo de Castro, Dante Gastaldoni, Wilson Soares de Magalhães, Denis Augusto Bueno de Camargo, Emily Luizetto de Carvalho, Erika Dallier, Heverton Souza Lima, Leonardo Nascimento, Luiz Guilherme Dias Fernandes, Maria Luiza de Castro Muniz*

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

*Guilherme Borges Fernandez, Raúl Sánchez Vicens, Reiner Olíbano Rosas, Eduardo Manoel Rosa Bulhões, Felipe Mendes Cronenberg, Thais Baptista da Rocha, Natalie Chagas Slovinski, Felipe Pires do Rio Mazur, Thais Dornellas*

INSTITUTO DE SAÚDE DA COMUNIDADE

*Edna Massae Yokoo, Hélia Kawa, Luciana Tricai Cavallini, Ana Paula Costa Resendes, Andreia Sobral de Almeida*

NÚCLEO DE ESTUDOS E PROJETOS HABITACIONAIS E URBANOS

*Regina Bienenstein, Fernanda Sánchez, Cássio de Almeida Freitas, Daniela Vieira do Amaral Correia, Eptácio Pandia Dias Reis, Carolina da Costa Leal, Daiane Santos Silva Viana, Luiz Eduardo Souza de Lima, Núbia Vitória Marquez Maruad Fe da Cruz*

## GERÊNCIA FINANCEIRA

Fundação Euclides da Cunha (FEC)

## PROJETO GRÁFICO

Instituto de Arte e Comunicação Social – IACS/UFF, Laboratório de Livre Criação  
*Joana Lima, Marina Boechat e Rosa Benevento*

## REVISÃO

*Fernanda Porto Aranha*

## IMPRESSÃO

Gráfica Minister

---

## AGRADECIMENTOS

Os responsáveis pelo Projeto gostariam de agradecer às seguintes instituições pela colaboração gentil na elaboração deste boletim: IBGE; Fundação CIDE; DATASUS; IPEA; INEP; UNISYS/DATAMEC; AMPLA; Águas de Niterói; CEDAE; AMAE; SAAE - CA.

Nosso reconhecimento pela inestimável contribuição nesse projeto ao Reitor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Prof. Roberto de Souza Salles; à diretora do Escritório Regional para América Latina e o Caribe (ONU-HABITAT/ROLAC), Dra. Cecília Martínez Leal; a Francesca Piló (ONU-HABITAT); ao diretor executivo do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (CONLESTE), Dr. Álvaro Adolpho Tavares dos Santos; a Abdo Gavinho (Petrobras); a Ivan Dantas Mesquita Martins (Engenharia IIEABAST/IEPQF - Petrobras); ao Dr. Ricardo Friede (UNISYS/DATAMEC), ao Prof. César Von Dollinger, Fundação Euclides da Cunha (FEC), às equipes das prefeituras e à população dos municípios do CONLESTE (Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Itaboraí, Guapimirim, Maricá, Magé, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, Silva Jardim e Tanguá).

# PREFÁCIO

## O COMPERJ E O CONLESTE – DESAFIOS PARA A REGIÃO

A iniciativa da Petrobras de realizar investimentos da ordem de US\$ 8,4 bilhões na implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), no município de Itaboraí, trará mudanças significativas para a atual configuração econômica, populacional, urbanística, habitacional, ambiental, de mobilidade urbana, ordenamento territorial, educação, saúde e segurança urbana em toda a região.

Neste contexto, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense - CONLESTE - surge como o instrumento de parcerias e de alianças intermunicipais, para propiciar soluções integradas e compartilhadas aos desafios comuns, a fim de potencializar os aspectos positivos do COMPERJ e minimizar seus aspectos negativos. O consórcio assume o papel de integrador e planejador de políticas que possibilitem o desenvolvimento sustentável dos onze municípios que o conformam.

Na região do CONLESTE, os impactos positivos do COMPERJ podem contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), desde que sejam implementadas políticas públicas a partir de uma agenda integrada que norteie ações nos níveis local e regional.

## A PETROBRAS E O PACTO GLOBAL DA ONU

Em sua trajetória, a Petrobras se destaca como pioneira ao aderir aos princípios do Pacto Global da ONU e assumir compromissos para que os Objetivos e as Metas do Milênio - estabelecidos por países-membros das Nações Unidas - orientem sua política



de responsabilidade social empresarial.

Seguindo esses princípios, a Petrobras cria o Centro de Informações do COMPERJ como modelo inovador na gestão inclusiva do conhecimento. Este centro será responsável pela produção e disseminação de informações e de dados nas áreas ambiental, habitacional, social, educacional, econômica e de saúde, fornecendo insumos para a formulação de políticas públicas na região.

## O PROJETO DE OBSERVAÇÃO INTERNACIONAL DO COMPERJ SOBRE OS ODMs NA REGIÃO

Em consonância com o Pacto Global, a Petrobras implementa um projeto pioneiro: o monitoramento dos impactos de sua atividade industrial sobre os ODMs na região do CONLESTE. Este projeto é realizado em parceria entre o Centro de Informações do COMPERJ, a Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT), tendo como objetivo a constituição de um banco de dados georeferenciado com informações socioeconômicas e ambientais sobre a região, assim como o desenvolvimento de competências locais e regionais.

Por meio de relatórios semestrais, o projeto acompanha os indicadores do Milênio, observando a evolução das cadeias produtivas instaladas na região, o fluxo escolar das redes públicas de ensino, indicadores de saúde materna, de mortalidade infantil, de doenças de maior incidência e de violência, a evolução dos assentamentos precários, do uso e ocupação do solo, das condições de saneamento ambiental e das áreas de preservação ambiental.

O fortalecimento das competências locais está sendo realizado por meio de

cursos de capacitação em geoprocessamento para os gestores dos onze municípios. Além disso, será implementado na região o Prêmio de Boas Práticas de Desenvolvimento Sustentável, que pretende identificar, promover e divulgar os projetos de maior relevância para a melhoria das condições de vida da população desses municípios.

Espera-se que este boletim, que mapeia os indicadores do Milênio no ano de 2007, sirva de referência aos governos e instituições do CONLESTE para a elaboração de políticas públicas socioeconômicas e ambientais, capazes de inserir a região em um processo de desenvolvimento sustentável acompanhado da redistribuição de renda e da erradicação da pobreza.



## NOTA SOBRE O PROJETO GRÁFICO

*Os coletivos humanos tendem a se organizar em torno de necessidades pontuais e efêmeras, o que torna o fenômeno urbano algo múltiplo, complexo e polifônico. O projeto gráfico elaborado procura reproduzir essa multiplicidade, que é a vida fervilhante dos coletivos, nas pinceladas irregulares e cheias de textura. Enquanto isso, aponta, nos quadrados transparentes e coloridos, para a disciplina do estudo presente, que procura, por meio de objetivos e indicadores, descobrir e ordenar padrões que norteiem o crescimento sustentável dos municípios estudados.*

*Joana Lima, Marina Boechat e Rosa Benevento*  
LABORATÓRIO DE LIVRE CRIAÇÃO  
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL



# SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| INTRODUÇÃO .....  | 07 |
| <b>ODM 1</b>   ERRADICAR A EXTREMA POBREZA E A FOME .....   | 08 |
| <b>ODM 2</b>   UNIVERSALIZAR A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E AMPLIAR A COBERTURA DA<br>EDUCAÇÃO MÉDIA E DA EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL..... | 10 |
| <b>ODM 3</b>   PROMOVER A IGUALDADE ENTRE OS SEXOS E A AUTONOMIA DAS MULHERES .....   | 14 |
| <b>ODM 4</b>   REDUZIR A MORTALIDADE NA INFÂNCIA .....  | 17 |
| <b>ODM 5</b>   MELHORAR A SAÚDE MATERNA .....   | 19 |
| <b>ODM 6</b>   COMBATER O HIV/AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS .....  | 21 |
| <b>ODM 7</b>   GARANTIR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....  | 23 |
| <b>ODM 9</b>   ACELERAR O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, COM REDUÇÃO DE<br>DESIGUALDADES NA REGIÃO DO CONLESTE.....             | 28 |

# INTRODUCTION

*This bulletin presents a mapping of the cities comprised by CONLESTE<sup>1</sup> between the years 2000 and 2006, which provides a picture of the scenario before the official announcement of the implementation of the Petrochemical Complex COMPERJ/PETROBRAS in Itaboraí. It aims at establishing a baseline for the monitoring of the impacts of this industrial complex on the Millennium Development Goals - MDGs – in the 11 cities of the consortium.*

*Between November 2007 and March 2008, a participative process of adaptation of the MDGs, their respective targets and indicators took place in CONLESTE, which has resulted in the establishment of 8 Objectives, 23 Targets and 58 Indicators. In this process, it was agreed that MDG 8, related to: “establishing a world partnership for development” was not applicable to this project. An additional Goal, MDG 9, was formulated as follows: “accelerating the process of local development, with the reduction of inequalities in the region of CONLESTE”.*

*The system composed by 58 indicators, validated between specialists from UN-HABITAT and from the following faculties at Fluminense Federal University (UFF) - Faculty of Education, Institute of Community Health, Institute of Geosciences, Faculty of Economy, Center for Habitation and Urban Studies and Projects – with the participation of local authorities of CONLESTE, was organized based on the following criteria:*

- *maintenance or closest approximation to the indicators suggested by the UN*
- *selection of indicators directly related*

*to the target (sensitive to changes required by the target)*

- *selection of indicators which may be periodically updated, preferably annually and with data available from 1990*
- *use of well-established databases and methodologies*

*The team at the Institute for Art and Communication (IACS/UFF) has documented – through photographs and videos – the process which involved 65 meetings, with the presence of local governments from the eleven cities of CONLESTE, institutions responsible for official data and information (IBGE, CIDE, DATASUS, INEP, UNYSIS-DATAMEC, IPEA, among others), Municipal Commissions for Work and Income, Chambers of Commerce, researchers from UFF and specialists from UN-HABITAT.*

*Based on this framework of socio-economic and environmental indicators, this bulletin presents the results obtained by this Project for the years 2000 to 2006 - baseline for the monitoring of the impacts of COMPERJ on the MDGs in this region. This publication is a shared effort by the COMPERJ Information Center, Fluminense Federal University and UN-HABITAT, and we are confident to have in our hands an instrument for diagnosis with qualified and relevant information to assist governments and institutions of CONLESTE in the planning and execution of their actions, aiming at promoting local and regional sustainable development. The focal point of the Project is the full right to the city, which presupposes the eradication of poverty and overall improve-*

*ment in the quality of life of inhabitants of the cities of CONLESTE, in conformity with the MDGs and the principles of UN's Global Compact.*

<sup>1</sup> CONLESTE – the Intermunicipal Consortium for the Development of the East Fluminense Region – is conformed by the following cities: Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Itaboraí, Guapimirim, Maricá, Magé, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, Tanguá e Silva Jardim.

# INTRODUÇÃO

Este boletim apresenta o mapeamento dos municípios do CONLESTE entre os anos 2000 e 2006 que permitirá conhecer o cenário anterior ao anúncio oficial da implantação do empreendimento COMPERJ. Representa uma referência temporal, constituindo uma linha base para o monitoramento dos impactos do empreendimento sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODMs - nos onze municípios.

Durante os meses de novembro de 2007 a março de 2008, foi realizado um processo participativo de adaptação dos Objetivos, dos Indicadores e das Metas do Milênio para a região do CONLESTE, que culminou com o estabelecimento de 8 Objetivos, 23 metas e 58 indicadores. Neste processo, foi acordado que o Objetivo 8, relacionado a: “estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento” não se aplica ao escopo do projeto. Um objetivo adicional, o ODM 9, foi elaborado e enunciado como se segue: “acelerar o processo de desenvolvimento local com redução de desigualdades na região do CONLESTE”.

O sistema composto por 58 indicadores, validados entre a equipe de UN-HABITAT e as seguintes equipes da UFF - Faculdade de Educação, Instituto de Saúde da Comunidade, Instituto de Geociências, Faculdade de Economia, Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU) - com a participação de gestores locais do CONLESTE, foi organizado a partir dos seguintes critérios:

- Manutenção ou aproximação máxima dos indicadores sugeridos pela ONU;
- Seleção de indicadores diretamente relacionados à meta (sensíveis às mudanças requeridas pela meta);
- Seleção de indicadores passíveis de atualização periódica, preferencial-

mente anuais e com série histórica disponível a partir de 1990;

- Utilização de bases de dados e metodologias consolidadas.

A equipe do Instituto de Arte e Comunicação Social (IACS/UFF) documentou por meio de fotografias e vídeos o processo das 65 reuniões de trabalho, nas quais participaram os poderes públicos dos onze municípios que conformam o consórcio, as instituições que elaboram e sistematizam dados e informações (IBGE, CIDE, DATASUS, INEP, UNYSIS-DATAMEC, IPEA, entre outras), as Comissões Municipais de Emprego e Renda, algumas Câmaras de Dirigentes Lojistas (CDL), os pesquisadores da Universidade Federal Fluminense (UFF) e os especialistas do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos UN-HABITAT.

O princípio norteador do projeto é o direito pleno à cidade, que pressupõe a erradicação da pobreza e a melhoria geral das condições de vida dos habitantes dos municípios do CONLESTE, em consonância com os ODMs e com os princípios do Pacto Global da ONU.



1

ACABAR COM A FOME  
E A MISÉRIA

# ODM1

## ERRADICAR A EXTREMA POBREZA E A FOME

---

**Meta 1A** Reduzir a um quarto entre 2000 e 2012 a proporção da população com renda inferior a meio salário mínimo mensal.

**Indicadores:**

- Participação dos 20% mais pobres da população na renda dos municípios
- Distribuição das pessoas abaixo da linha da pobreza



Os impactos do COMPERJ e o acompanhamento da evolução do número de famílias que pertencem às faixas de renda mais baixas nos municípios do CONLESTE permitirão estabelecer indicadores de redução da pobreza e de desigualdade de rendimentos. Para calcular a renda da população e, conseqüentemente, estimar a pobreza, utilizou-se a variável renda do Censo Demográfico IBGE do ano 2000. Para o ano de 2007 foi feita uma extrapolação com base na variação do PIB de cada um dos 11 municípios.

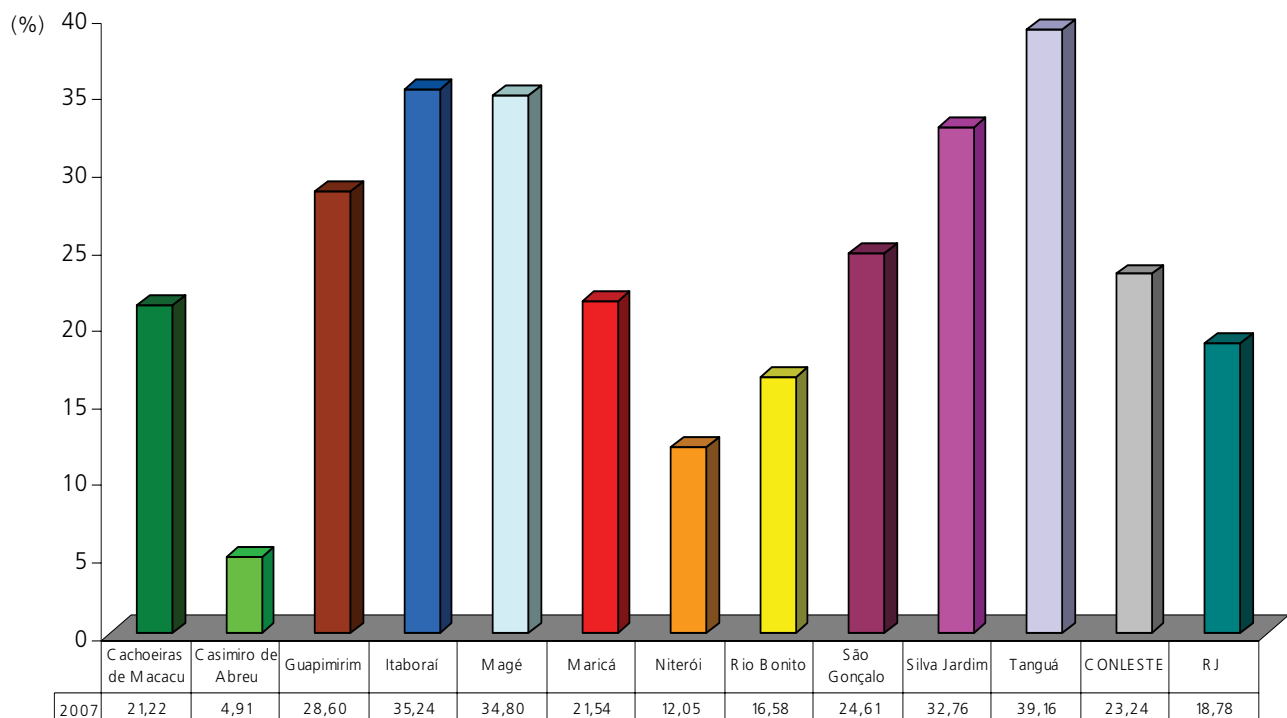
A região do CONLESTE demonstra possuir relativamente mais pobres do que o Estado do Rio de Janeiro<sup>1</sup>. No conjunto dos municípios que integram o CONLESTE, destacam-se Casimiro de Abreu e Niterói, que apresentaram níveis de pobreza reduzidos em relação à média da região; e Itaboraí, Magé, Silva Jardim, Guapimirim e Tanguá, cujos índices apresentaram patamares elevados em comparação ao resultado médio obtido na região.

Os municípios do CONLESTE de forma agregada apresentaram, em 2007,

uma maior porcentagem de pobres do que o Estado do Rio de Janeiro: 23,24% e 18,78%, respectivamente. As cidades de Magé (34,80%), Itaboraí (35,24%) e Tanguá (39,16%) apresentaram neste indicador um resultado superior em mais de 10 pontos percentuais ao obtido no Estado do Rio de Janeiro e no CONLESTE. Já as cidades de Silva Jardim e Guapimirim obtiveram, respectivamente, neste indicador os resultados de 32,76% e 28,60% que, em comparação aos resultados obtidos no Estado do Rio de Janeiro e no CONLESTE, representam diferenças significativas. No caso da cidade de Silva Jardim, o indicador apresentou um resultado superior em 13,98 pontos percentuais em relação ao Estado do Rio de Janeiro, e 9,52 pontos percentuais, em relação à média dos municípios do CONLESTE. No município de Guapimirim este indicador apresentou um resultado superior de 9,83 e 5,37 pontos percentuais em relação ao Estado do Rio de Janeiro e aos municípios do CONLESTE, respectivamente. Em suma, estas cidades apresentam maior nível de pobreza

dentre as cidades analisadas. As cidades de Maricá (21,54%) e São Gonçalo (24,61%) apresentaram indicadores próximos aos obtidos no Estado do Rio de Janeiro e no CONLESTE. As cidades que apresentaram um número menor de pobres foram: Casimiro de Abreu (4,91%), Niterói (12,05%), Rio Bonito (16,58%) e Cachoeiras de Macacu (21,22%), com destaque para os municípios de Casimiro de Abreu e Niterói que apresentam resultados bem abaixo ao do Estado do Rio de Janeiro e do CONLESTE.

#### Distribuição da população abaixo da linha da pobreza



Fonte: Elaborado pela equipe de Economia a partir de dados do Censo Demográfico 2000 (IBGE).

<sup>1</sup> Para análise das condições de pobreza foi utilizado o critério definido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que estabelece para o Estado do Rio de Janeiro os seguintes valores para definir a linha da pobreza: R\$117,34 para a região metropolitana, R\$99,56 para a região urbana e R\$89,61 para região não-urbana (valores em reais do ano 2000).



2

EDUCAÇÃO BÁSICA  
DE QUALIDADE PARA  
TODOS

# ODM2

## UNIVERSALIZAR A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E AMPLIAR A COBERTURA DA EDUCAÇÃO MÉDIA E DA EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

**META 3A** Garantir que, até 2012, as crianças de todos os municípios do CONLESTE, independentemente de cor/raça, concluíam o Ensino Fundamental.

Indicadores:

- Taxa de matrícula escolar líquida das pessoas de 7 a 14 anos, por grupos de idade e nível de ensino
- Taxa de matrícula escolar bruta das pessoas de 7 a 14 anos de idade
- Taxa de distorção idade / conclusão no Ensino Fundamental
- Taxa de distorção idade / série no Ensino Fundamental
- Taxa de masculinidade nas matrículas do Ensino Fundamental
- Taxa de masculinidade dos concluintes do Ensino Fundamental

**META 3B** Garantir a ampliação da cobertura no Ensino Médio.

Indicadores:

- Taxa de matrícula escolar líquida das pessoas de 15 a 17 anos, por grupos de idade e nível de ensino
- Taxa de matrícula escolar bruta das pessoas de 15 a 17 anos de idade
- Taxa de distorção idade / conclusão no Ensino Médio
- Taxa de distorção idade / série no Ensino Médio
- Taxa de masculinidade nas matrículas do Ensino Médio
- Taxa de masculinidade dos concluintes do Ensino Médio

**META 3C** Garantir a ampliação da cobertura na educação técnica profissional

Indicadores:

- Taxa de matrícula escolar líquida das pessoas por grupos de idade nos cursos de educação técnica profissional em nível médio, segundo o sexo
- Taxa de distorção idade / conclusão dos alunos dos cursos de educação técnica profissional em nível médio
- Taxa de permanência dos alunos do Centro de Integração do COMPERJ por curso, município e nível de escolaridade

O acesso ao ensino fundamental na região do CONLESTE é hoje praticamente universalizado. Contudo, a retenção e a evasão escolar têm inviabilizado que muitos percorram o fluxo escolar de maneira adequada. Assim, os indicadores referentes à defasagem<sup>2</sup> em termos de idade e sexo para diferentes etapas do ensino refletem os principais problemas existentes na escola. A fim de garantir a meta de universalização do ensino fundamental e ampliação do ensino médio, é necessário implementar políticas efetivas tanto de acesso quanto de permanência de alunos na escola, nestas duas etapas do ensino.

Com relação à taxa de masculinidade, observa-se que o acesso de homens e mulheres ao ensino fundamental não apresenta discrepâncias, embora esta mesma taxa mostre grande distorção entre os sexos quanto à conclusão deste nível de ensino. Para dar conta das metas deste ODM, serão necessárias políticas específicas para a manutenção dos alunos do sexo masculino no inte-

rior da escola. Da mesma forma que o observado no ensino fundamental, a região precisará de grande esforço para melhorar o fluxo educacional no ensino médio, buscando equacionar o problema das reprovações, primeira causa de retenção.

Há de se atentar que o potencial aumento da demanda ocasionado pela implantação do COMPERJ pode, se não for desde já equacionado pelo Poder Público, trazer sérias consequências para as redes de ensino médio, pela carência de professores e prédios escolares.

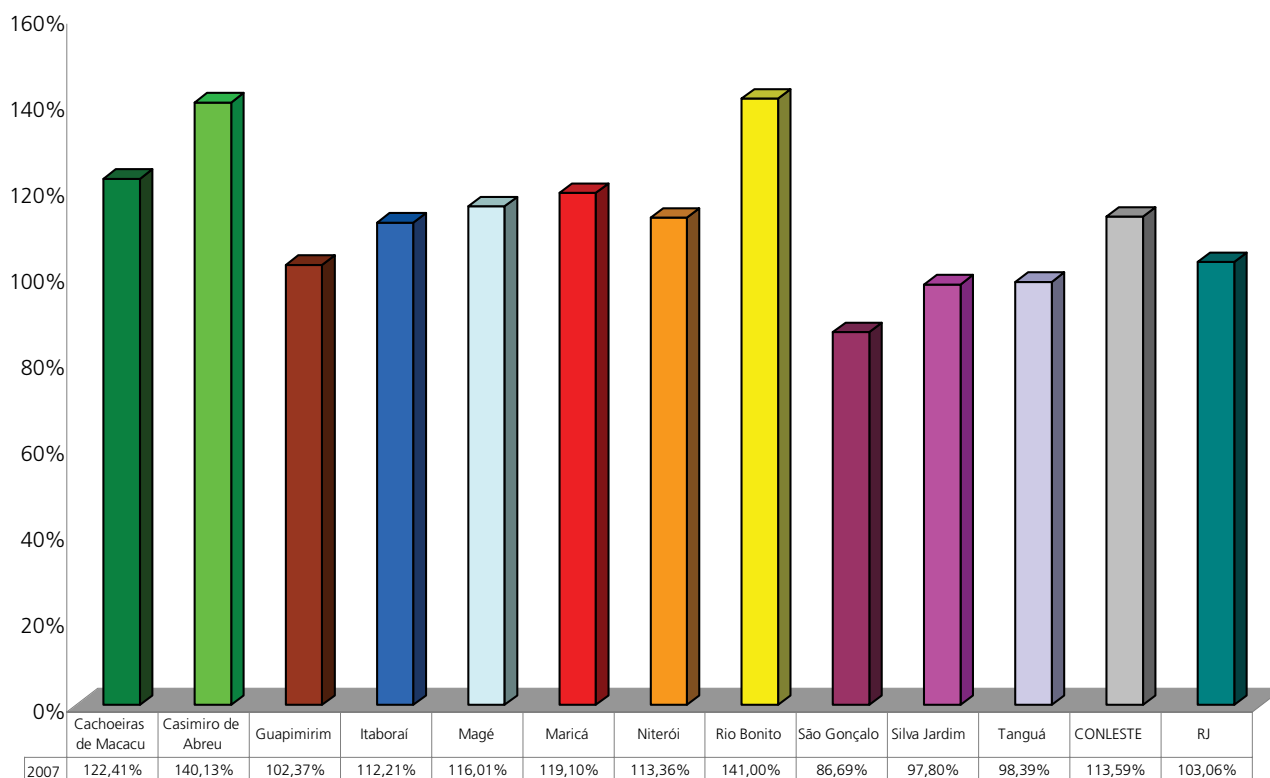
Os indicadores referentes à educação técnica-profissional estão relacionados com os cursos de capacitação profissional oferecidos pelos Centros de Integração do COMPERJ, e estão sendo monitorados a partir do primeiro semestre de 2008, e, portanto, ainda não fazem parte desta análise.

Com a taxa de matrícula escolar bruta vemos a relação entre os alunos matriculados nas nove séries do Ensino

Fundamental e a população municipal de seis a quatorze anos de idade. Se todas as crianças tivessem ingressado na escola em idade correta (seis anos) e não houvesse reprovação ou evasão escolar, esse percentual seria de 100%, isto é, o número de crianças com seis anos de idade no município equivaleria ao de alunos da primeira série (primeiro ano), com sete anos ao da segunda série, e assim sucessivamente.

Um percentual maior que 100%, quando encontrado, indica que houve retenção ao longo do Ensino Fundamental, fruto das reprovações escolares. Nessa situação, haveria, por exemplo, mais alunos matriculados na terceira série do que o total de crianças com oito anos de idade na população do município. Por outro lado, um percentual menor que 100% demonstra a existência de evasão, pois representaria, por exemplo, que na quarta série estivesse matriculado, mesmo com a retenção existente, um número de alunos menor que o de crianças com nove

Taxa de Matrícula Bruta - Ensino Fundamental



Fonte: INEP

<sup>2</sup> Esta defasagem de idade e de sexo é medida em termos das chamadas taxas de distorção e taxas de masculinidade. A distorção idade/série refere-se à diferença entre a idade real dos alunos matriculados em determinada série escolar, ou concluintes, e aquela esperada para tal ano baseado no fluxo escolar normal (sem repetência). Com relação ao sexo dos alunos, chama-se taxa de masculinidade a diferença entre alunos e alunas matriculados ou concluintes de determinado nível escolar.

**ODM2** | Universalizar a educação primária e ampliar a cobertura da educação média e da educação técnica profissional

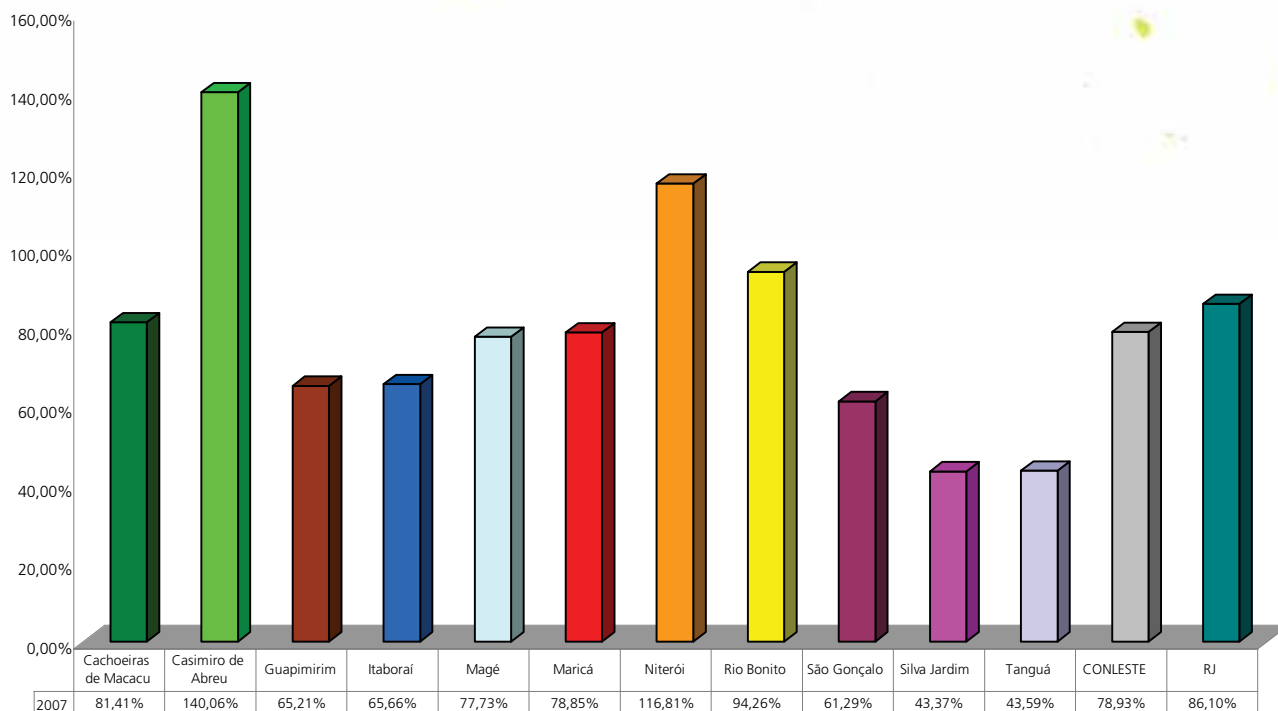
anos de idade presente na população municipal. Só o indicador geral, entretanto, não é suficiente para expressar a situação da educação no município e na região, pois ele pode conjugar, como normalmente ocorre, maior retenção em algumas séries e maior evasão em

outras, sendo necessário analisar a taxa série a série.

Vide, por exemplo, o município de Tanguá (98,39%) que apresenta a taxa mais próxima da taxa de 100%. Isso não quer dizer, entretanto, que Tanguá seja o município com melhor situação

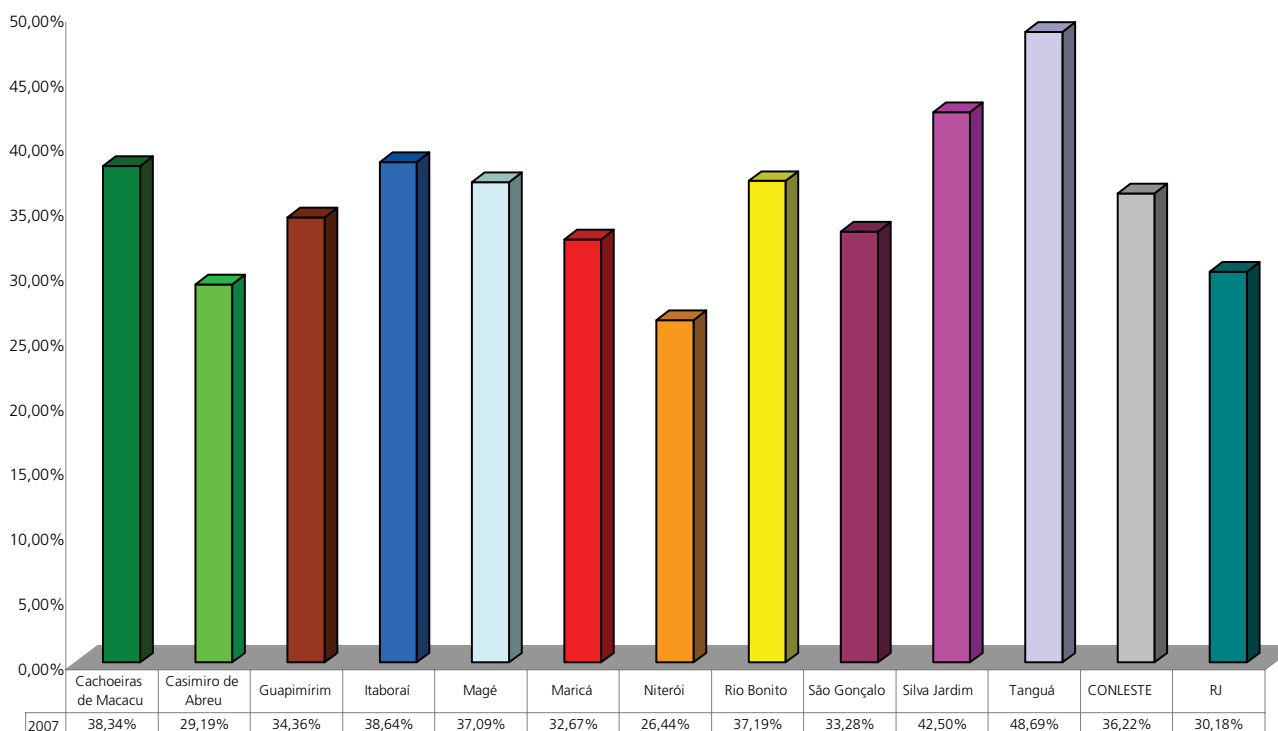
educacional, pois como já foi dito, outros fatores devem ser observados. Por exemplo, deve-se atentar para o fato que esse município apresenta uma taxa de 128,42% na primeira série (uma taxa alta) e de 46,24% na nona série (uma taxa muito baixa), demonstrando

**Taxa de Matrícula Bruta – Ensino Médio**



Fonte: INEP

**Distorção Idade / Série – Ensino Fundamental**



Fonte: INEP

possuir graves problemas educacionais.

Quanto à meta, esse indicador deixa claro que é necessário, para garantir a universalização do Ensino Fundamental, implementar políticas que melhorem a qualidade social da educação na região, equacionando o problema da repetência e da evasão existentes ao longo do período de escolaridade. Mostra, também, que para a implementação dessas políticas o ideal é que seja feita uma análise dos problemas série a série, identificando os pontos de estrangulamento do fluxo escolar e elaborando soluções específicas para cada um deles.

Com a taxa de matrícula escolar bruta no Ensino Médio, vemos a relação entre os alunos nas três séries do Ensino Médio e a população municipal de quinze a dezessete anos de idade. Se todos os alunos tivessem ingressado no Ensino Médio na idade adequada (quinze anos) e não houvesse reprovação ou evasão escolar, esse percentual seria de 100%. O percentual maior que 100% encontrado indica que houve retenção ao longo do processo de escolarização dos alunos, fruto das reprovações escolares. Por sua vez, o percentual menor que 100% revela que há menos alunos matriculados do que o total da popu-

lação em idade adequada a frequentar aquele nível de ensino.

No Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, a Taxa de Matrícula Bruta é de 86,10% e a taxa média da região do CONLESTE é de 78,93%. Apresentando, ambos, taxas bem menores que as demonstradas, nesse mesmo ano, na taxa de matrícula escolar bruta do Ensino Fundamental.

Para o alcance do objetivo de ampliação do Ensino Médio serão necessárias políticas efetivas de acesso e de permanência nesse nível de ensino. Mas o aumento da demanda poderá, se não for desde já equacionado pelo Poder Público, trazer um colapso nas redes de ensino, pela carência de professores e prédios escolares, pois os municípios já trabalham com um universo de matriculados menor do que o número de jovens existentes na população em idade adequada às séries desse nível de ensino.

Quanto à distorção idade/série no Ensino Fundamental, essa taxa aproxima-se do zero quanto menor é a retenção dos alunos ao longo do Ensino Fundamental, pois a existência de taxa zero mostraria não haver qualquer aluno com idade acima da recomendada em qualquer série desse nível de ensino. Dentre os municípios pesquisados, a

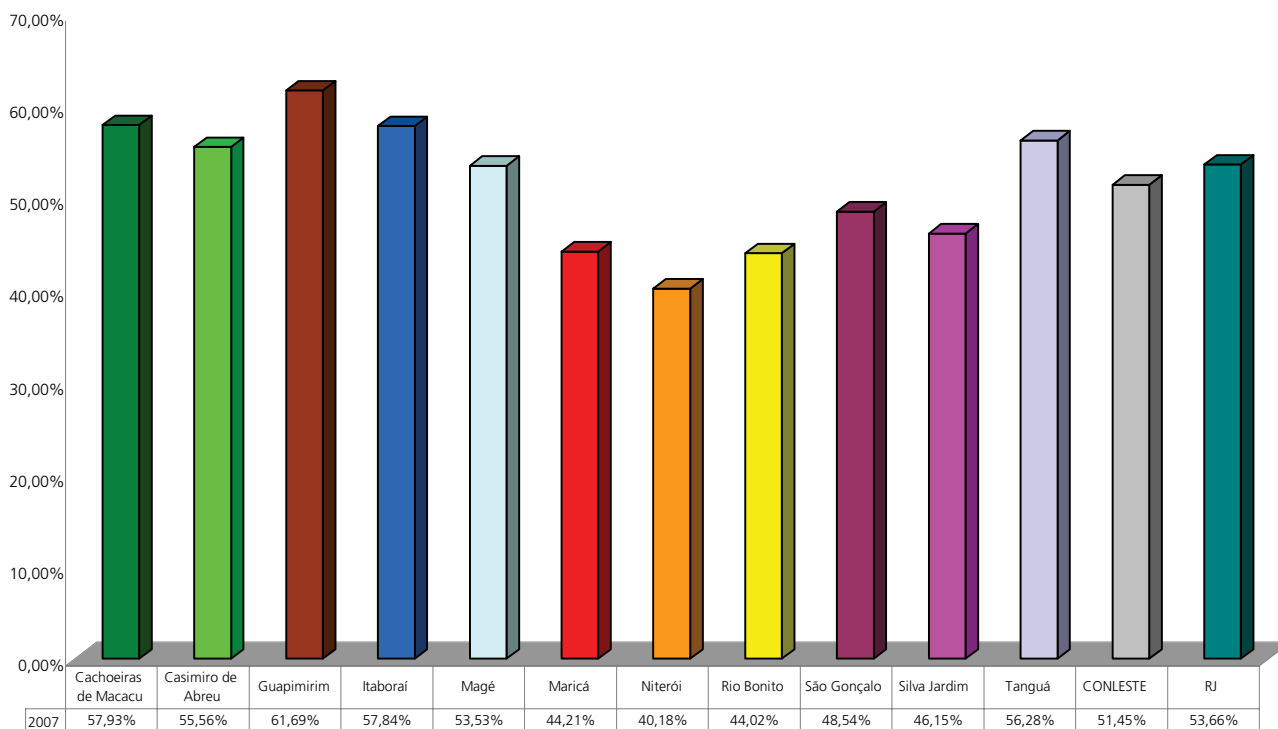
menor taxa apresentada foi a de Niterói (26,44%). Já a maior taxa foi a de Tanguá (48,69%), mostrando que nesse município quase metade dos alunos está matriculada em séries inferiores às vistas como adequadas a suas idades.

Para que seja alcançada a Meta de universalização do Ensino Fundamental, há de se implementar políticas de correção do fluxo escolar, buscando dar atenção especial às séries que apresentam maiores problemas.

No que se refere à distorção idade/série no Ensino Médio essa taxa aproxima-se do zero quanto menor é a retenção dos alunos ao longo do Ensino Médio. Dentre os municípios pesquisados, a menor taxa apresentada foi a de Niterói (40,18%) e a maior a do município de Guapimirim (61,69%). O gráfico revela que todos os municípios da região possuem altos índices de retenção escolar, fazendo com que cerca de metade de seus alunos estejam cursando séries inferiores às vistas como adequadas a suas idades.

Expandir o Ensino Médio, tal como propõe a meta, pressupõe baixar significativamente as taxas de distorção idade / séries, melhorando o fluxo escolar e diminuindo as reprovações, causa primeira da retenção.

Distorção Idade / Série – Ensino Médio



Fonte: INEP



3

IGUALDADE ENTRE  
SEXOS E VALORIZAÇÃO  
DA MULHER

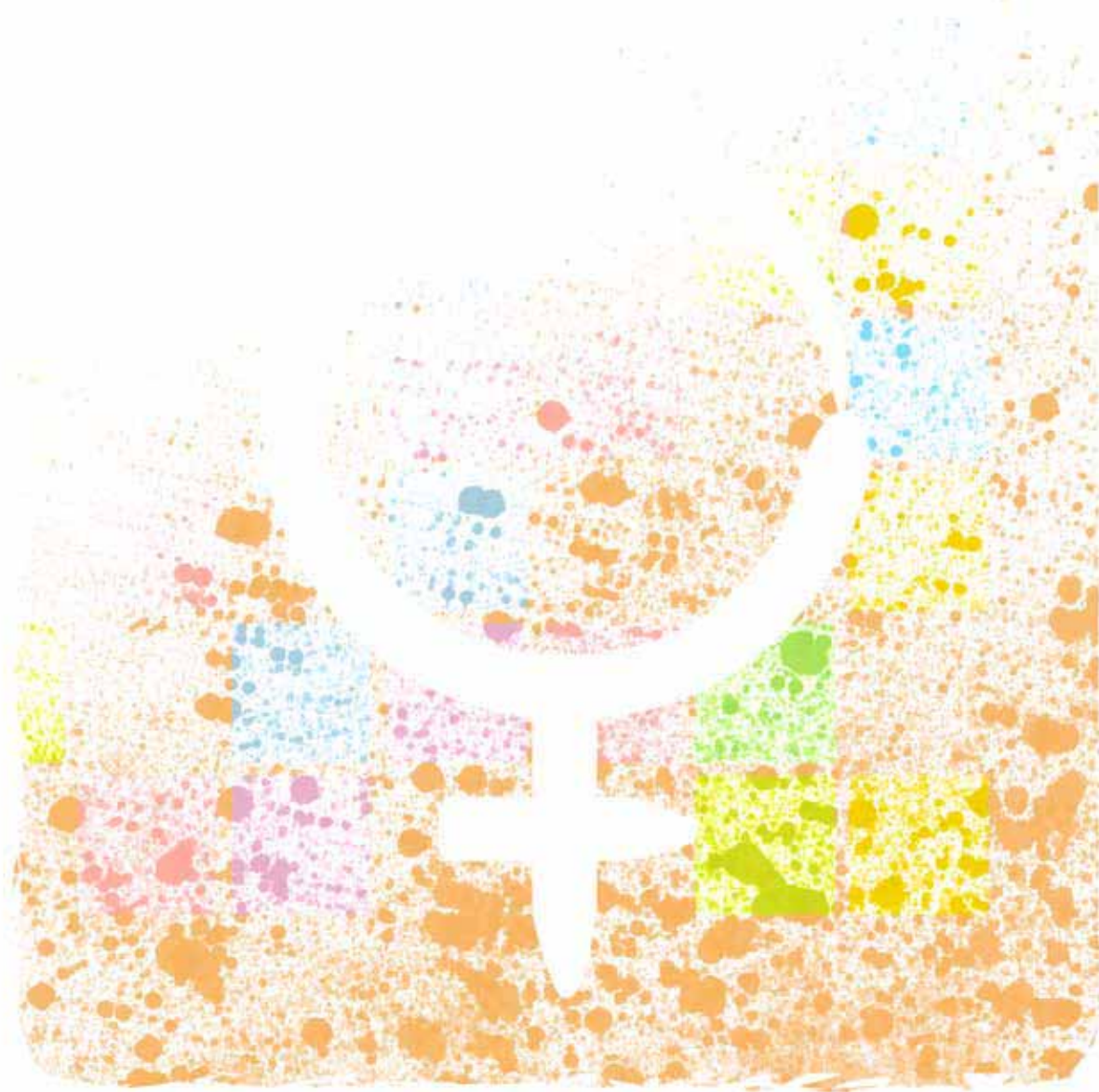
# ODM3

## PROMOVER A IGUALDADE ENTRE OS SEXOS E A AUTONOMIA DAS MULHERES

Meta 4B **Reduzir pela metade a defasagem salarial entre gêneros até 2012.**

Indicadores:

- **Participação feminina no mercado formal de trabalho e no perfil de trabalhadores admitidos e desligados nos municípios do CONLESTE**
- **Diferencial de remuneração por** gênero e grau de instrução para diferentes setores de atividade



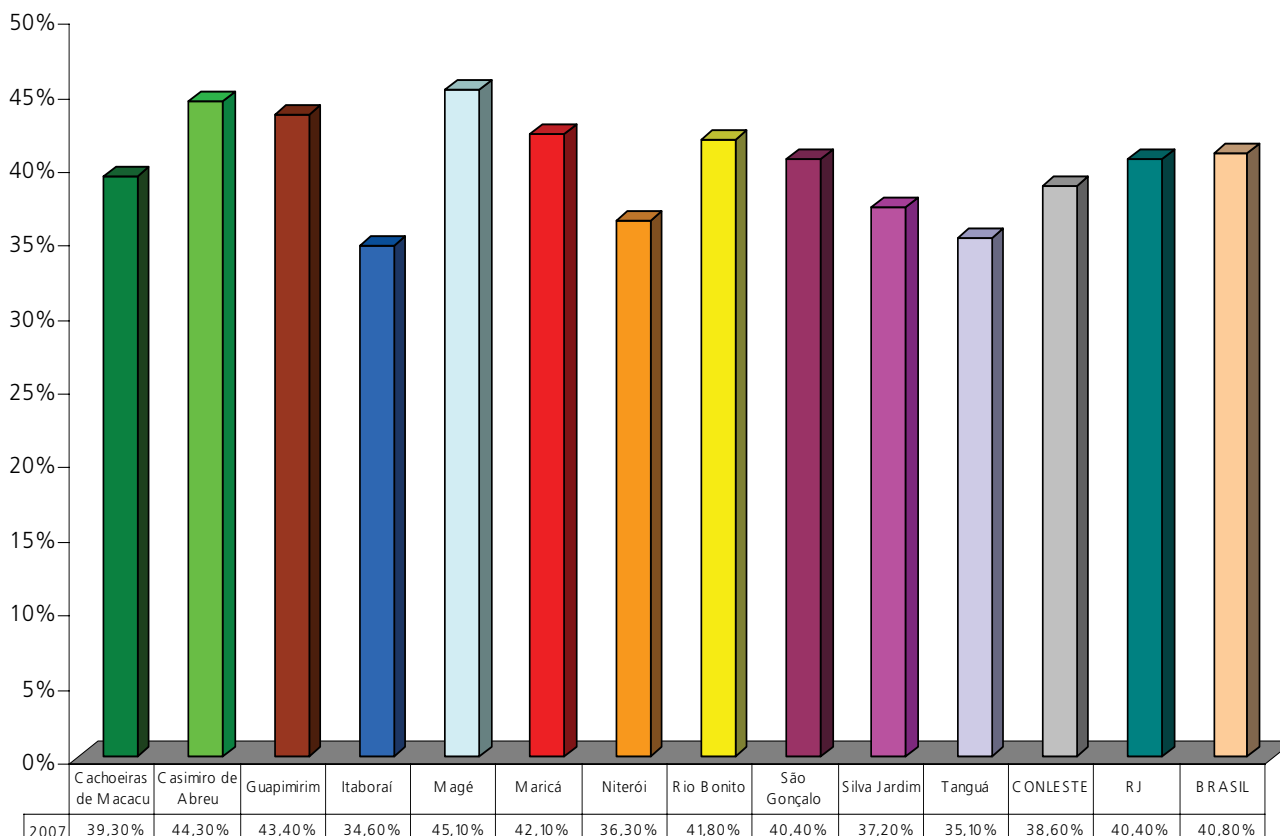
Este ODM trata da igualdade entre os sexos que, apesar de assegurada pela constituição brasileira, ainda não é uma realidade na prática se consideramos as grandes disparidades existentes nas diversas áreas da sociedade.

No escopo deste Objetivo, os indicadores propostos visam monitorar a participação feminina no mercado de trabalho da região para o ano de 2007, bem como a diferença de remuneração entre homens e mulheres, no contexto da meta de igualdade entre os gêneros.

O gráfico de participação feminina apresenta informações sobre a participação feminina no mercado formal de trabalho para o ano de 2007 nos municípios do CONLESTE e as compara com os valores observados no total do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil. Em termos da participação feminina no

mercado de trabalho em 2007, pode-se verificar que a região do CONLESTE (38,6%) obteve um resultado inferior ao observado no Estado do Rio de Janeiro (40,4%) e no total do país (40,8%). No entanto, cabe destacar que, em relação aos anos anteriores, este diferencial está se reduzindo, com a participação feminina tendendo a convergir para um patamar equivalente ao observado no Estado do Rio de Janeiro e no país. Dentre os municípios da região, aqueles que se destacaram, em 2007, pela maior participação feminina no mercado formal de trabalho foram: Magé (45,1%), Casimiro de Abreu (44,3%) e Guapimirim (43,4%). Já dentre os municípios nos quais esta participação é relativamente menor, destacam-se: Itaboraí (34,6%), Tanguá (35,1%) e Niterói (36,3%).

Participação feminina no mercado de trabalho formal – ano 2007



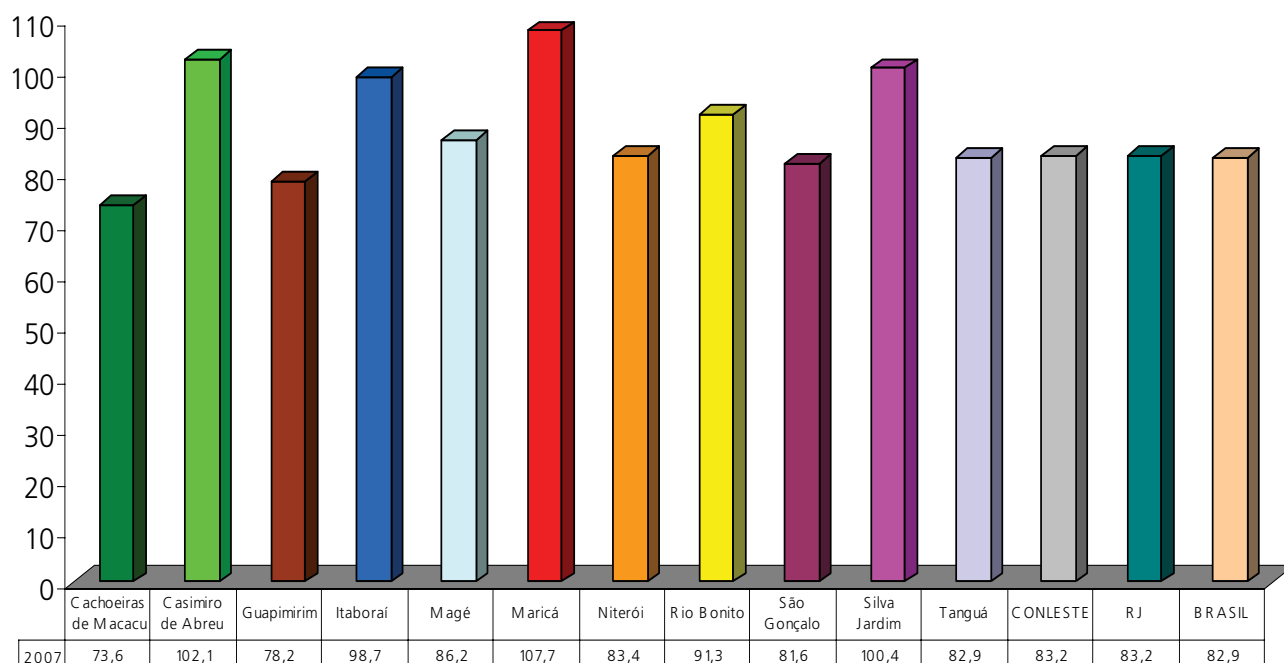
Fonte: RAIS/MT.

O diferencial de remuneração feminina diz respeito à diferença entre a remuneração de mulheres e homens para o mesmo posto de trabalho. Em 2007, pode-se observar que esta relação, para o conjunto dos municípios do CONLESTE, atingiu 83,2%, valor semelhante ao observado para o total do Estado do Rio de Janeiro e bastante próximo ao total do país (82,9%). Isso quer dizer que, para o conjunto dos municípios do CONLESTE, a remuneração feminina era equivalente a 83,2% da remuneração masculina para

o mesmo posto de trabalho, ou seja, a remuneração feminina apresentava uma defasagem de 16,8% em relação à remuneração masculina.

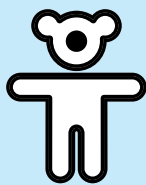
Dentre os municípios do CONLESTE, aqueles nos quais esta relação apresentava um valor mais elevado eram: Maricá (107,7%), Casimiro de Abreu (102,1%) e Silva Jardim (100,4%), enquanto uma relação mais baixa (abaixo de 80%) foi observada em Guapimirim (78,2%) e Cachoeiras de Macacu (73,6%).

Diferencial de remuneração feminina – ano 2007



Fonte: RAIS/MT.





4

REDUZIR A  
MORTALIDADE INFANTIL

# ODM4

## REDUZIR A MORTALIDADE NA INFÂNCIA

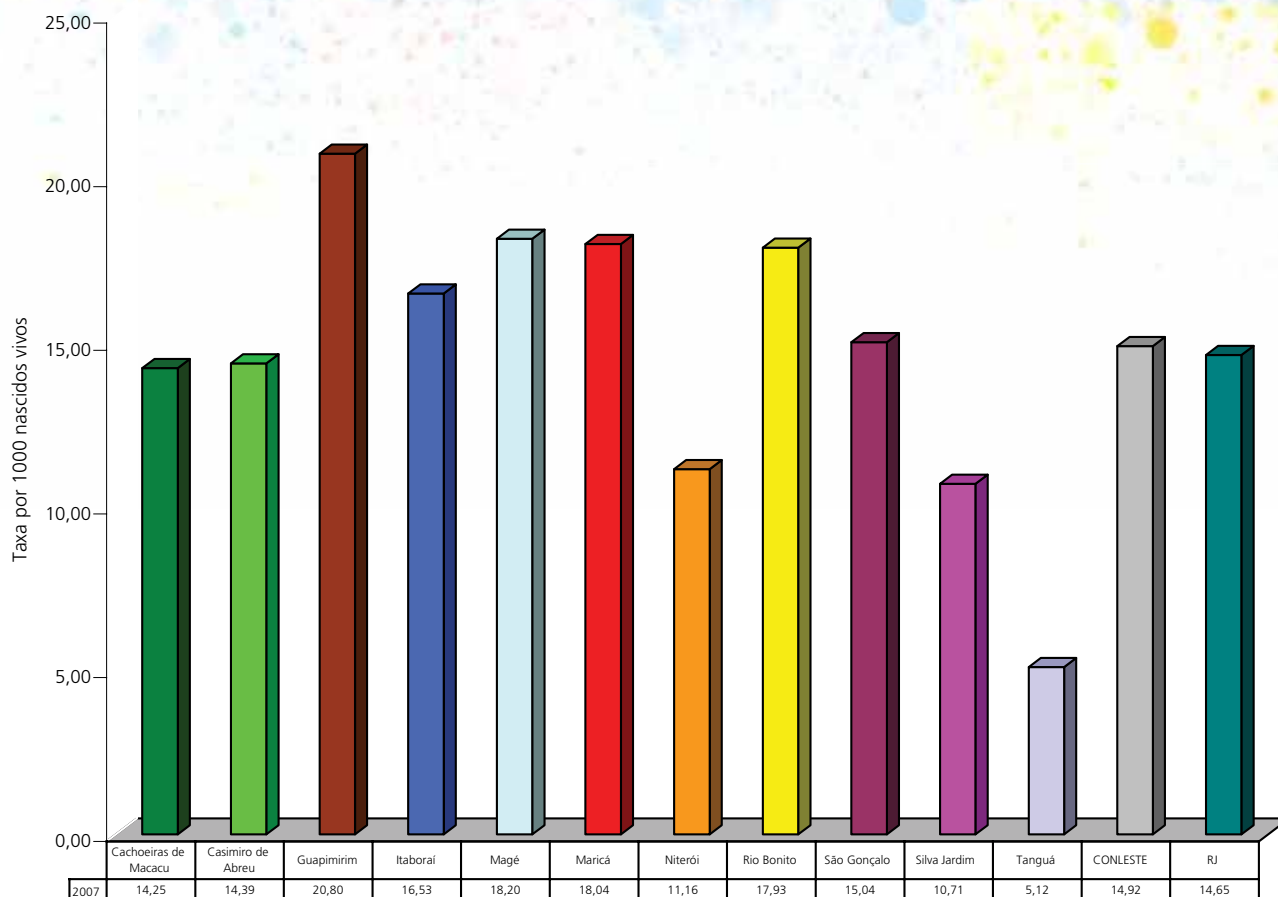
---

**META 5A** Reduzir em dois terços entre 2000 e 2012 a mortalidade de crianças menores de 5 anos, nos municípios do CONLESTE.

Indicadores:

- Taxa de mortalidade em menores de 5 anos e mortalidade proporcional entre menores de 5 anos, segundo grupos de causas
- Taxa de mortalidade infantil e mortalidade proporcional segundo grupos de causas e grupos de idade (0 a 6 dias, 7 a 27 dias, 28 a 364 dias)
- Proporção de internações por doenças respiratórias em menores de 5 anos nos municípios do CONLESTE

## Taxa de mortalidade infantil nos municípios do CONLESTE (por 1.000 nascidos vivos)



Fonte: SIM/SINASC/DATASUS

Neste ODM, destaca-se o indicador referente à mortalidade infantil, que estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o primeiro ano de vida. De um modo geral, este indicador expressa o desenvolvimento socioeconômico e a infraestrutura ambiental, que condicionam a desnutrição infantil e as infecções a ela associadas. O acesso e a qualidade dos recursos disponíveis para atenção à saúde materno-infantil são também determinantes da mortalidade neste grupo etário.

A mortalidade infantil é considerada um indicador sensível das condições de vida e saúde de uma população. Nos últimos anos, observam-se grandes mudanças no perfil demográfico do Brasil, tanto em relação à fecundidade, que

vem decrescendo nos grandes centros urbanos, quanto com relação à mortalidade, com redução nas taxas de mortalidade infantil.

Em 2007, observou-se que, dentre os onze municípios estudados, seis apresentaram taxas acima das médias da região do CONLESTE (14,92 por mil nascidos vivos) e do Estado do Rio de Janeiro (14,65 por mil nascidos vivos), a saber: Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Rio Bonito e São Gonçalo.

Os municípios de Tanguá (5,12 por mil nascidos vivos), Silva Jardim (10,71 por mil nascidos vivos) e Niterói (11,16 por mil nascidos vivos) apresentaram as menores taxas para este indicador, e situam-se abaixo do índice do Estado e da região.



# ODM5

## MELHORAR A SAÚDE MATERNA

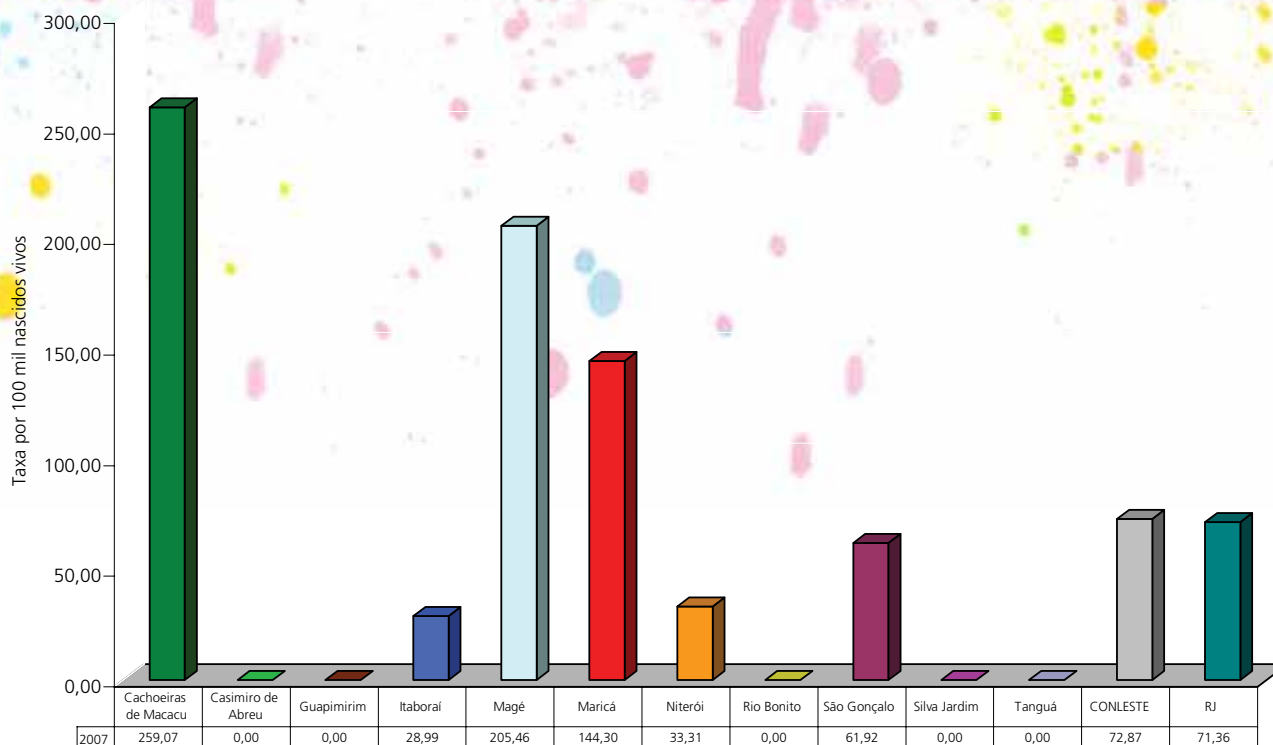
**META 6A** Reduzir em três quartos entre 2000 e 2012 a taxa de mortalidade materna, nos municípios do CONLESTE.

Indicadores:

- Taxa de mortalidade materna e proporção de óbitos maternos segundo grupo de causas nos municípios do CONLESTE
- Proporção de tipos de partos (vaginal ou cesárea) assistidos por profissionais de saúde nos municípios do CONLESTE



## Taxa de mortalidade materna nos municípios do CONLESTE



Fonte: SIM/SINASC/DATASUS

A mortalidade materna pode ser considerada um excelente indicador de saúde, não só da mulher, mas da população em geral, refletindo importantes desigualdades sociais em saúde.

Esta taxa reflete a qualidade da assistência à saúde da mulher. Taxas elevadas estão associadas à baixa qualidade na prestação de serviços de saúde durante os períodos de gravidez e de resguardo após o nascimento (puerpério), contribuindo na avaliação dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico.

A mortalidade materna é um excelente indicador de saúde da população feminina, bem como indicador de iniquidade social. A redução da mortalidade materna é uma das principais metas dos Objetivos de Desenvolvimento

do Milênio da ONU, esperando-se, no Brasil, uma queda neste indicador de 75% até 2015.

A maioria dos municípios no ano de 2007 apresentou índices de mortalidade materna menores que as médias da região do CONLESTE (72,87 por 100 mil nascidos vivos) e do Estado do Rio de Janeiro (71,36 por 100 mil nascidos vivos). A região do CONLESTE registrou 13,55% (21 óbitos maternos) das notificações do Estado (155 óbitos maternos).

Ressalta-se que, em cinco municípios da região do CONLESTE, não foi registrado nenhuma morte materna. E que, somente os municípios de Cachoeiras de Macacu, Magé e Maricá apresentaram taxas superiores à média da região e do Estado.



6

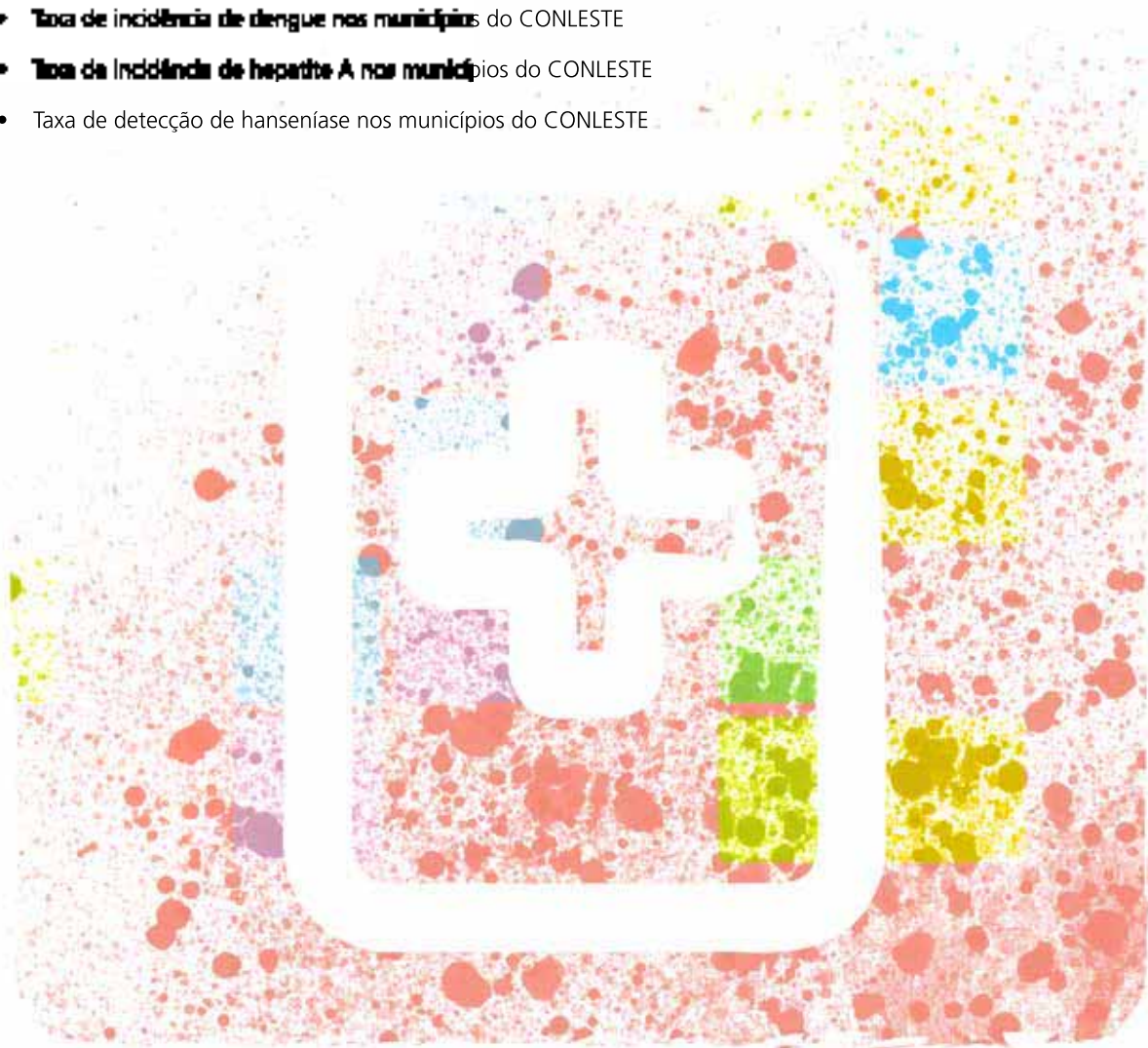
COMBATER A AIDS,  
A MALÁRIA E OUTRAS  
DOENÇAS



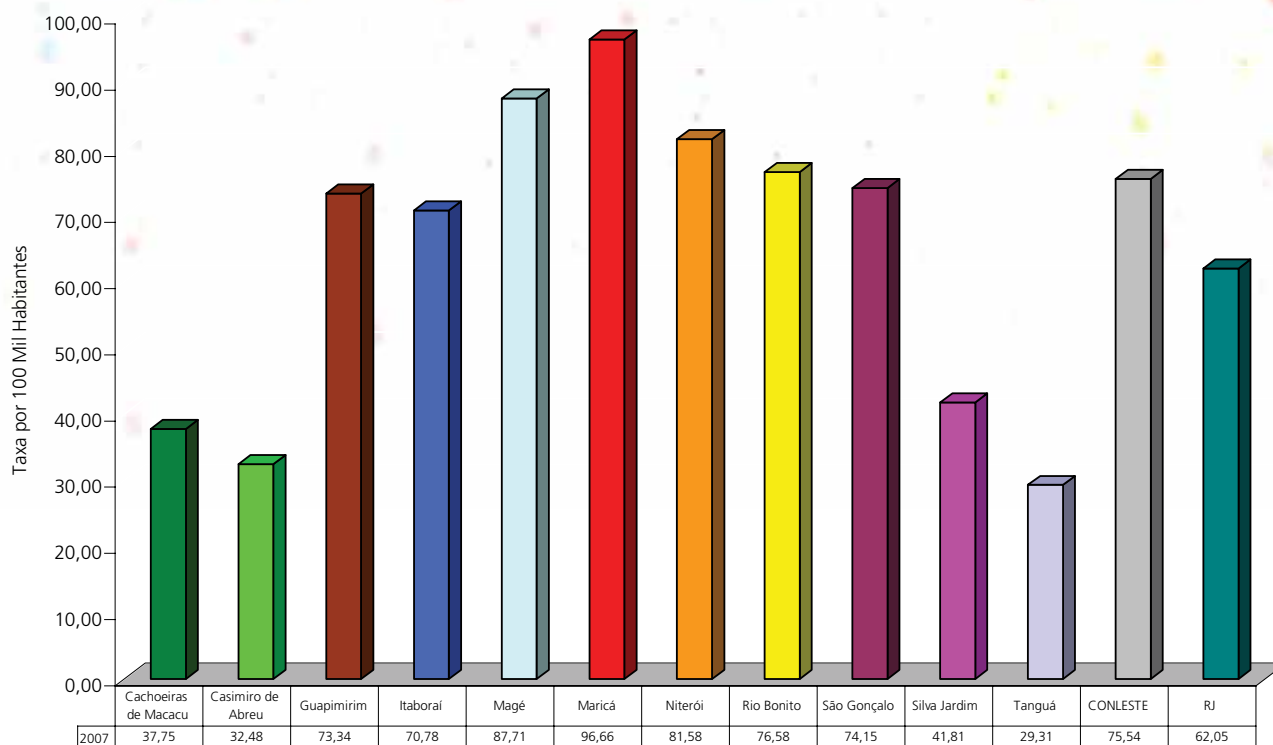
# ODM6

## COMBATER O HIV/AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS

- 
- META 7A** Até 2012 reduzir a incidência de tuberculose nos municípios do CONLESTE.  
Indicador:
- Taxa de incidência de tuberculose nos municípios do CONLESTE
- META 7B** Até 2012 reduzir a incidência de AIDS nos municípios do CONLESTE.  
Indicador:
- Taxa de incidência de AIDS nos municípios do CONLESTE
- META 8A** Até 2012, reduzir a incidência de dengue, hepatite A e hanseníase nos municípios do CONLESTE.  
Indicadores:
- Taxa de incidência de dengue nos municípios do CONLESTE
  - Taxa de incidência de hepatite A nos municípios do CONLESTE
  - Taxa de detecção de hanseníase nos municípios do CONLESTE



## Taxa de incidência de tuberculose nos municípios do CONLESTE



Fonte: SINAN/DATASUS

Dentre os indicadores compreendidos pelo ODM 6, destaca-se, neste boletim, o indicador referente à taxa de incidência de tuberculose nos municípios do CONLESTE. A tuberculose é considerada um problema de saúde pública prioritário no Brasil. Apesar de ser uma doença grave, a conduta terapêutica adequada possibilita a cura de praticamente 100% dos casos novos.

Estima-se que um terço da população mundial esteja infectado com o *Mycobacterium tuberculosis*, agente etiológico (causador) da doença. No Brasil, são registrados por ano cerca de cinco a seis mil óbitos por tuberculose. Considerada uma endemia diretamente associada às condições de vida precárias, a ocorrência de tuberculose nas populações tem sido atribuída à persistência da desnutrição e da pobreza.

A tuberculose se constitui na nona causa de internações por doenças infecciosas em todo o território nacional, ocupando o sétimo lugar em gastos com internação do Sistema Único de Saúde (SUS) por doenças infecciosas,

sendo ainda a quarta causa de mortalidade entre as doenças infecciosas.

Em 2007, o Estado registrou 9.765 casos novos de tuberculose e uma taxa de incidência de 62,05 por 100 mil habitantes. Na região do CONLESTE, ocorreram 1.717 casos novos de tuberculose, 17,58% das notificações do Estado.

A taxa de incidência da região foi de 75,54 por 100 mil habitantes, sendo esta superior à taxa de incidência do Estado do Rio de Janeiro. Entretanto, observou-se que as incidências de tuberculose nos municípios de Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Silva Jardim e Tanguá estavam abaixo da média da região e do Estado.

Os municípios mais atingidos neste ano foram Maricá (taxa incidência de 96,66 por 100 mil habitantes), Magé (taxa incidência de 87,71 por 100 mil habitantes), Niterói (taxa incidência de 81,58 por 100 mil habitantes) e Rio Bonito (76,58 por 100 mil habitantes), e situam-se acima do índice do Estado e da região.



QUALIDADE DE VIDA  
E RESPEITO AO MEIO  
AMBIENTE

# ODM7

## GARANTIR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

**META 9** Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas e reverter a perda de recursos naturais.

Indicadores:

- Proporção de áreas cobertas por florestas por município do CONLESTE
- Proporção das áreas protegidas em unidades de conservação

**META 10A** Reduzir em 20% até 2012, os domicílios sem acesso às redes gerais de água e de esgoto e à coleta de resíduos sólidos.

Indicadores:

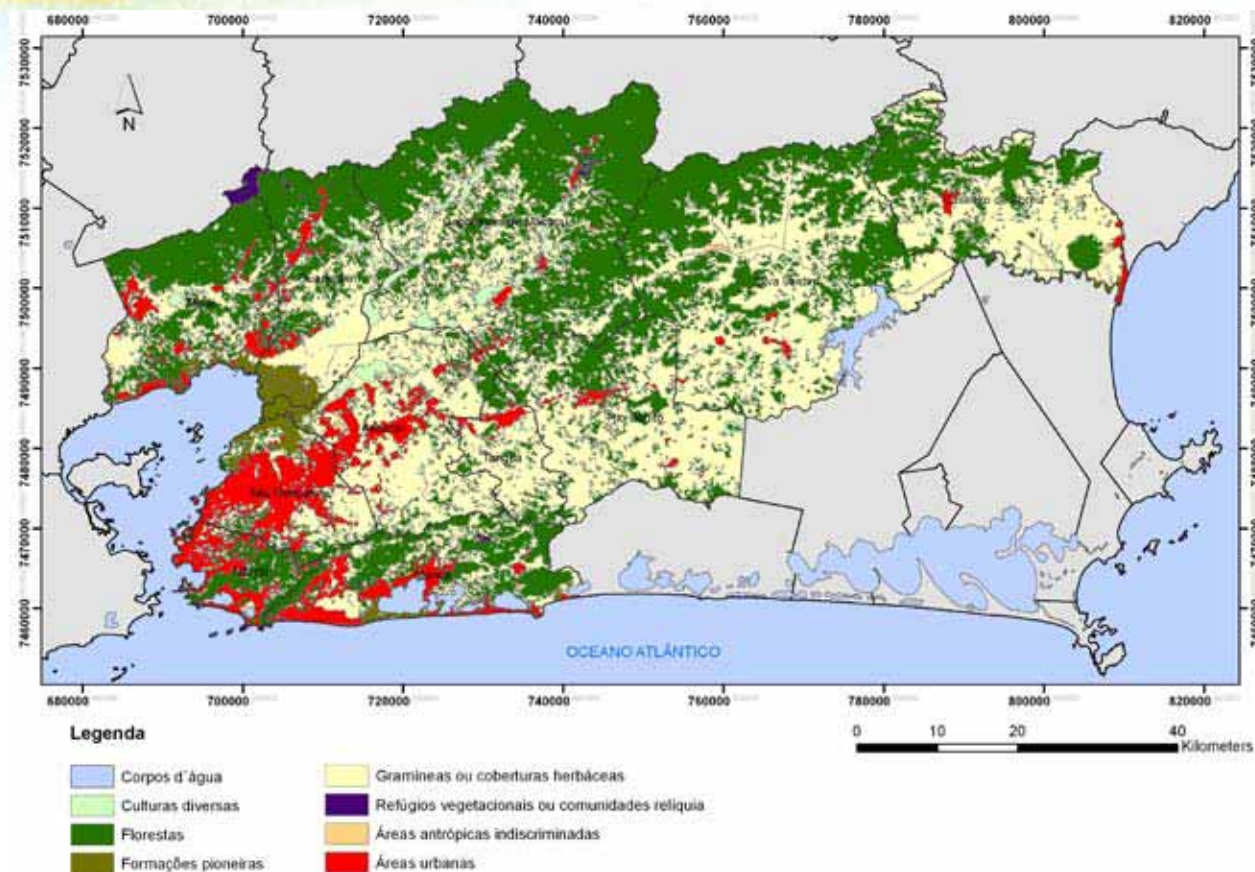
- Percentual de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso à rede de água e à rede geral de esgoto nos municípios do CONLESTE
- Percentual de áreas urbana com acesso à coleta de resíduos sólidos nos municípios do CONLESTE

**META 11A** Até 2012, ter alcançado uma melhoria significativa na vida de pelo menos 10% dos habitantes de assentamentos precários que moram nos municípios do CONLESTE.

Indicadores:

- Percentual da área ocupada por assentamentos precários em relação à área urbana por município do CONLESTE
- Percentual de domicílios em assentamentos precários, em relação ao total de domicílios urbanos, por município do CONLESTE
- Percentual de assentamentos precários regularizados, em relação ao total de assentamentos precários, por município do CONLESTE
- Percentual de assentamentos precários urbanizados (água potável, esgotamento sanitário adequado, coleta de lixo doméstico e ruas calçadas), em relação ao total de assentamentos precários, por município do CONLESTE
- Percentual de moradias regulares produzidas por meio de programas oficiais para famílias com renda até seis salários mínimos em relação ao total de domicílios em assentamentos precários, por município do CONLESTE

## Proporção de áreas cobertas por florestas



Fonte: Elaborado pela Equipe do Instituto de Geociências com base na interpretação de imagens do Satélite SPOT do ano de 2005

A maior parte do CONLESTE encontra-se localizada dentro da Região Ecológica da Floresta Ombrófila Densa (Floresta Tropical Pluvial), parte do domínio do Bioma Mata Atlântica, que ainda se desdobra em ambientes de manguezais e restingas.

Com relação à meta que trata do acesso às redes de água e esgoto, será central o conceito de saneamento ambiental, entendido aqui como o acompanhamento das áreas ambientais e também do conjunto das ações que envolvem abastecimento de água, esgoto sanitário e coleta de resíduos sólidos. O saneamento ambiental emerge como um dos pontos mais vulneráveis da chamada crise urbana. Neste sentido, trata-se de um tema que demanda a urgente correção dos rumos adotados até o momento em parte significativa

dos municípios brasileiros.

As fisionomias naturais ainda apresentam uma superfície remanescente considerável ocupando 45,8% da área dos municípios do CONLESTE. Estes remanescentes correspondem quase todos (43,5%), às florestas ombrófilas densas que ocupam as áreas de encostas íngremes e escarpas da Serra do Mar. As formações pioneiras ocupam 1,9% da área, representadas pelos manguezais da planície fluvio-marinha protegida pela APA de Guapimirim. Embora com superfícies menos expressivas, as comunidades relictas, campos de altitude e afloramentos rochosos, ocupam pequenas áreas (0,4% das áreas naturais) nos topos montanhosos e encostas íngremes da Serra do Mar.

No ano de 2007, a região do CONLESTE apresentou um índice de

9,5% de áreas protegidas por unidades de conservação ambiental de proteção integral. Este valor era inferior aos 10% preconizados internacionalmente como o mínimo desejável para garantir a manutenção da biodiversidade. Os municípios que apresentaram valores superiores a 10% foram Cachoeiras de Macacu (27,4%), Guapimirim (19,1%) e Silva Jardim (10,3%). Os municípios que apresentaram os piores resultados foram São Gonçalo (0,2%) e Rio Bonito (0,1%).

Com relação ao percentual de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso às redes gerais de água e esgoto nos municípios do CONLESTE, no ano 2007<sup>3</sup>, 48,2% dos domicílios permanentes urbanos na região eram atendidos por rede de abastecimento de água, situação comparativamente

<sup>3</sup> Para construção do perfil relativo ao ano 2007 não existem dados do IBGE para os municípios, portanto, as concessionárias responsáveis pelas redes de abastecimento de água e de coleta de esgoto constituíram-se nas principais fontes de informações. Diferente do Censo Demográfico que não distingue os meios formais e informais de abastecimento de água e esgotamento sanitário, as concessionárias contabilizam apenas as ligações formais. Para a obtenção do número de domicílios permanentes urbanos, a concessionária AMPLA, responsável pelo abastecimento de energia elétrica de todos os municípios incluídos no CONLESTE, foi a principal fornecedora de dados, reconhecida pela abrangência de seu serviço e por possuir um banco de dados atualizado semestralmente.



melhor que a encontrada em 2006, quando este percentual atingia apenas 38,68%. No entanto, a média apresentada por todos os municípios do CONLESTE em 2007 continuava a ser inferior à do Estado do Rio de Janeiro (98,74%), a exemplo do que já ocorria no ano de 2006, quando a média estadual era 98,80%.

Em relação ao esgotamento sanitário, sete dos dez municípios analisados na região possuíam menos de 35% de seus domicílios permanentes urbanos com acesso à rede geral. Vale destacar que Niterói e Cachoeiras de Macacu apresentavam os maiores indicadores tanto em relação ao percentual de domicílios atendidos pela rede de abastecimento de água, quanto pela rede de

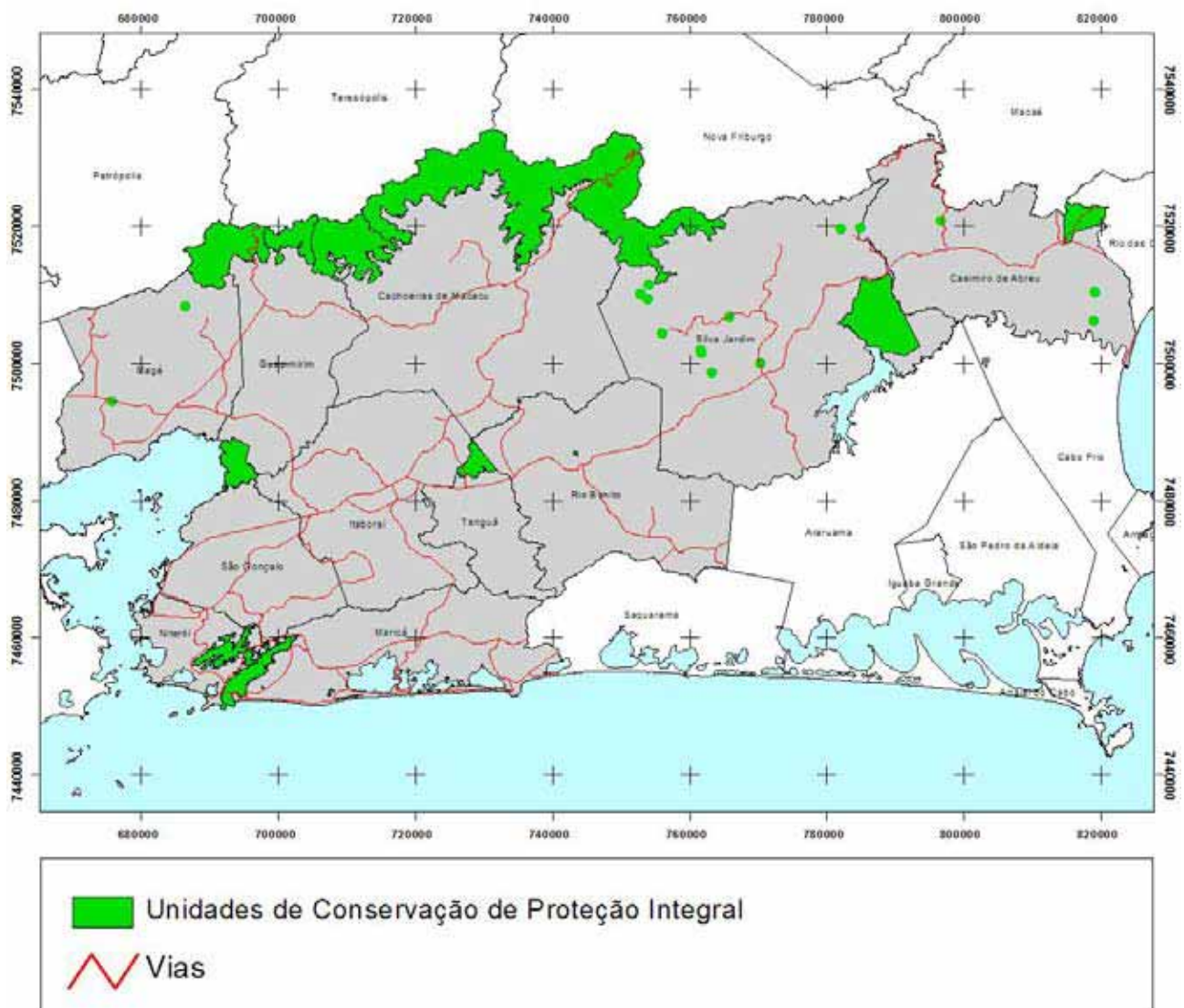
coleta de esgoto. Estes dois municípios em 2006 também se destacavam com 80,04% e 71,02% dos domicílios atendidos pelo serviço, respectivamente. No entanto, nenhum dos municípios do CONLESTE apresentava índices superiores à média nacional (96,41%), estadual (98,80%) e da Região Metropolitana (98,84%).

A ausência de rede de coleta de esgoto tem impacto direto no meio ambiente, com a poluição dos cursos de água, a proliferação de valas negras, contaminação do lençol freático, entre outros problemas. Combinado com o alcance da rede de abastecimento de água, o cenário resultante pode ser ainda mais adverso. No caso dos municípios do CONLESTE, constatou-se uma

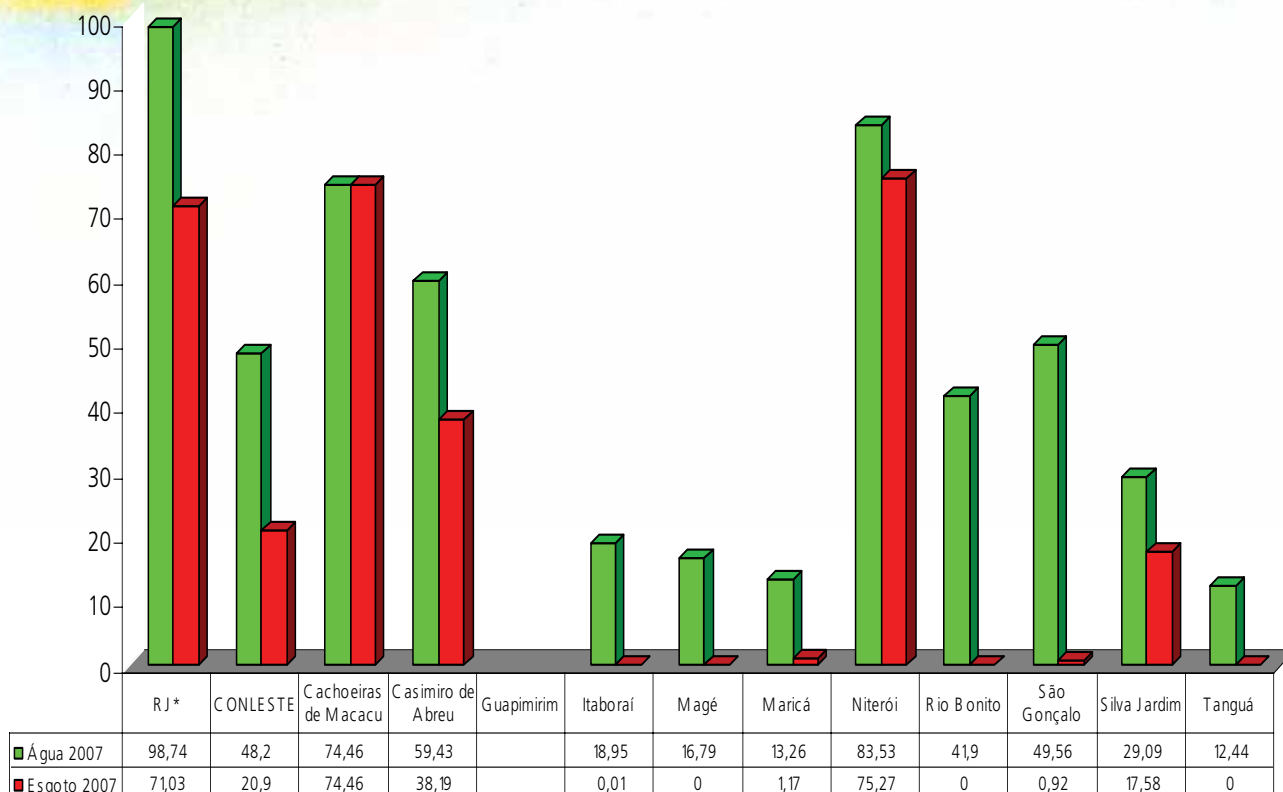
situação bastante precária em todos os municípios com relação às condições de abastecimento de água e principalmente de esgoto. A análise das condições de abastecimento de água, tanto para o ano de 2006 quanto para o de 2007, aponta que a totalidade dos municípios está abaixo do índice estadual. É importante ressaltar também que, no ano de 2007, o crescimento das áreas urbanas continuou não sendo acompanhado pela ampliação dos serviços de saneamento ambiental que apresentavam grandes defasagens já no período anterior analisado (2000 e 2006), situação que foi agudizada ainda mais no ano de 2007.

Com relação a assentamentos precários nos municípios do CONLESTE,

#### Proporção de áreas protegidas em unidades de conservação



## Percentual de domicílios urbanos com acesso à rede de água e à rede de esgoto nos municípios do CONLESTE



Fonte: Dados PNAD – 2007. Elaboração: Equipe de Urbanismo / UFF, 2009.

estes ocupavam em 2000<sup>4</sup>, uma área de 22,52 km<sup>2</sup>, passando a ocupar, em 2006<sup>5</sup>, 24,95 km<sup>2</sup>, ou seja, apresentando um percentual de crescimento de 10,84%. Neste mesmo período, a área urbanizada no CONLESTE passou de 276,84 km<sup>2</sup> para 403,51 km<sup>2</sup>, o que significa uma expansão de 140,67%, percentual muito superior ao observado nos assentamentos.

Esta diferença de incremento se rebate no indicador percentual de área urbanizada ocupada por assentamentos que, em 2000, era de 8,13% do total da área urbanizada dos municípios do CONLESTE e, em 2006, caiu para 6,17%. Importante ressaltar que isto

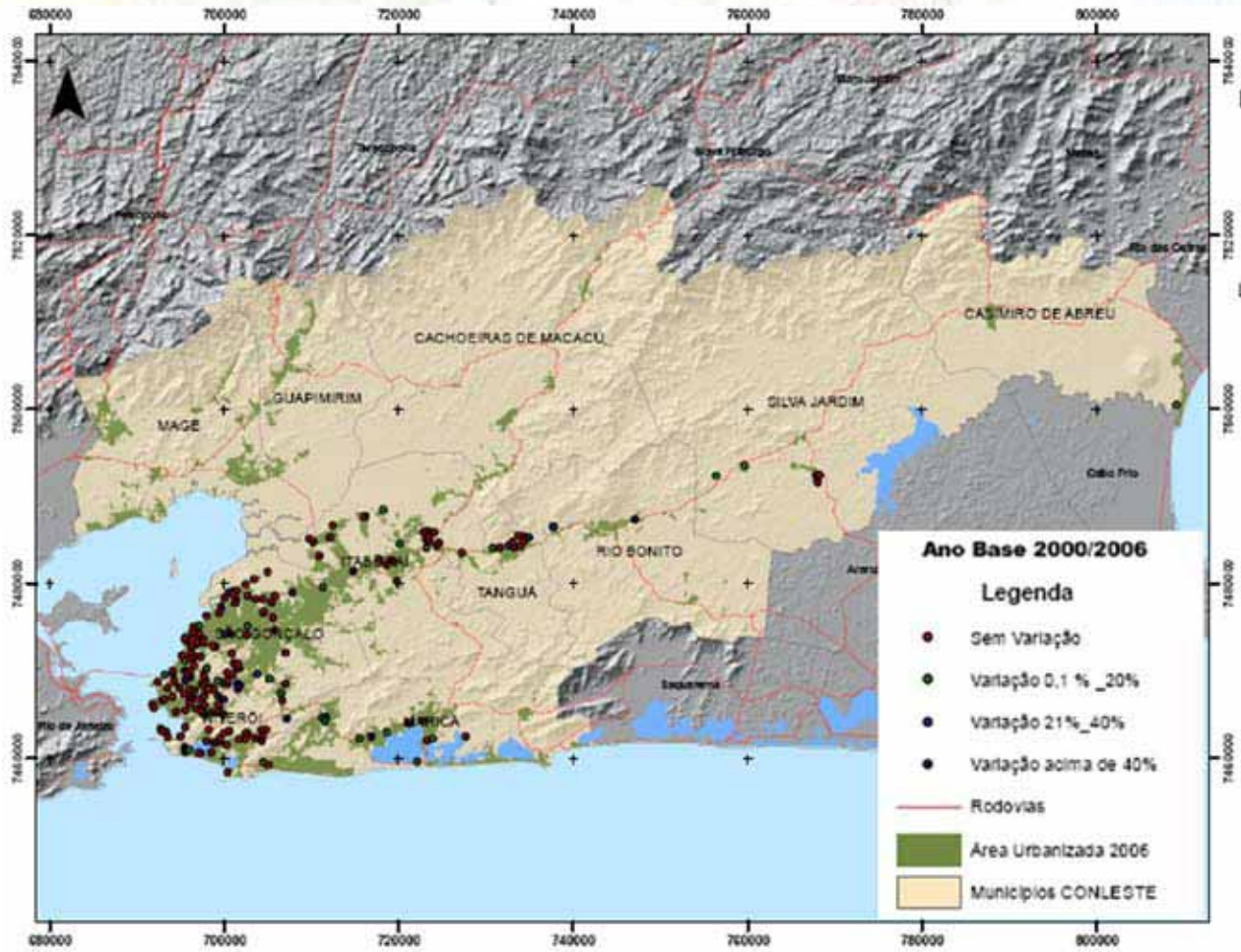
não significa uma retração no crescimento dos assentamentos, mas indica uma aceleração da expansão da área urbanizada, talvez resultante da revisão dos perímetros urbanos nos municípios que elaboraram seus Planos Diretores Participativos.

Quanto às ações relativas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos precários urbanos, nestes dois anos, em todo o CONLESTE, não foi constatada nenhuma ação no que se refere à urbanização e regularização fundiária e à produção de novas habitações.

<sup>4</sup> Quanto ao monitoramento dos assentamentos precários urbanos, o projeto se propõe a partir do ano de 2006, à realizar análises bianuais, sendo avaliados, portanto, os anos de 2006 e 2008.

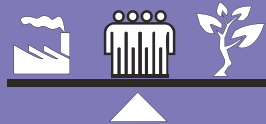
<sup>5</sup> A medição da área urbanizada para 2006 foi realizada sobre imagens de satélite SPOT-2005.

Percentual da área ocupada por assentamentos precários em relação à área urbana por município do CONLESTE



Fonte: Elaborado pela Equipe de Urbanismo / UFF, 2009. Execução: Equipe Geociências / UFF 2009.

9



DEL E EQUIDADE SOCIAL  
NO CONLESTE

# ODM9

## ACELERAR O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, COM REDUÇÃO DE DESIGUALDADES NA REGIÃO DO CONLESTE

- META 12A** Viabilização de crescimento continuado da região acima do crescimento do Estado e do país.
- Indicadores:
- **Evolução do PIB a preços constantes**
  - **Valor adicionado** (proxy do PIB) dos setores agropecuário, industrial e de serviços a preços constantes
  - **Participação do valor adicionado** (proxy do PIB) do setor agropecuário, industrial e de serviços
  - **PIB per capita a preços constantes**
- META 13A** Atração de mão-de-obra qualificada para a região.
- Indicador:
- **Evolução do perfil de trabalhadores desligados e contratados** na região em termos de setor de ocupação, grau de qualificação e faixa de remuneração
- META 14A** Melhoria do perfil do mercado de trabalho na região.
- Indicadores:
- **Evolução da PIA, PEA e POC e de taxas de ocupação**, participação e desemprego
  - **Distribuição da população ocupada formal e de seu rendimento** por grau de escolaridade, faixa de rendimento, tamanho de estabelecimento e setor de atividade
- META 15A** Dinamização do padrão de especialização produtiva da região.
- Indicador:
- **Especialização, concentração e diversificação da estrutura produtiva** da região
- META 16A** Dinamização de cadeias produtivas locais.
- Indicador:
- **Identificação da estrutura e monitoramento** do emprego de 4 cadeias produtivas na região
- META 17A** Fortalecimento do empreendedorismo na região.
- Indicadores:
- **Número de PMEs criadas** na região e empregos gerados por setor de atividade
  - **Evolução do número de admitidos e desligados** no setor de comércio varejista

- META 18A** Adequação do suprimento de energia ao crescimento da região do CONLESTE.  
Indicador:
- Consumo residencial per capita da energia elétrica
- META 19A** Adequação da malha de transportes ao crescimento da região do CONLESTE.  
Indicador:
- Evolução da frota de veículos em termos absolutos e per capita
- META 20A** Adequação da infraestrutura e telecomunicações da região do CONLESTE.  
Indicador:
- Percentual de domicílios atendidos por linha telefônica
- META 21A** Adequação da infraestrutura de atenção à saúde na região do CONLESTE.  
Indicador:
- Taxa de mortalidade geral e proporcional segundo causas selecionadas por sexo e faixa etária, nos municípios do CONLESTE
- META 22A** Controle e redução de indicadores de violência na região do CONLESTE.  
Indicador:
- Taxa de mortalidade por causas externas selecionadas (agressões e acidentes de transporte) nos municípios do CONLESTE
- META 23A** Melhoria das condições fiscais e da capacidade de investimento dos municípios.  
Indicadores:
- Estrutura de receitas (correntes e de capital) e despesas (custeio e capital) para municípios da região
  - Dependência de transferência de recursos
  - Receita e investimento per capita

O ODM 9 – acelerar o processo de desenvolvimento local, com redução das desigualdades na região do CONLESTE – foi elaborado a partir de uma adaptação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU a esta região. Dentre as metas compreendidas neste ODM, destacam-se para análise neste boletim as seguintes áreas: crescimento econômico na região (PIB), mercado de trabalho e mão-de-obra, especialização produtiva, evolução de cadeias produtivas, empreendedorismo, fornecimen-

to de energia, infraestrutura de saúde, indicadores de violência na região e, por fim, um panorama das condições fiscais dos municípios.

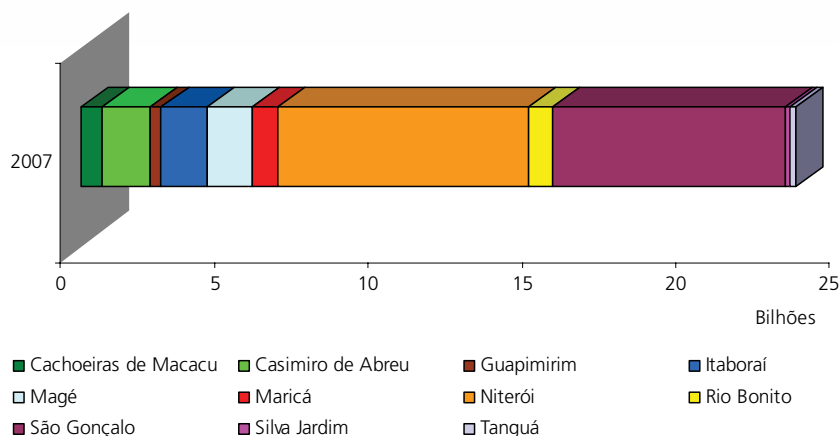
O cálculo do PIB e do PIB per capita pode ser feito a partir da informação básica do IBGE, PIB Municipal.

Em 2007, o PIB do CONLESTE chegou a R\$ 23,3 bilhões, o que representa uma participação de 7,7% no PIB do Estado do Rio de Janeiro, cujo valor registrado foi de R\$ 301,5 bilhões, e 0,9% no PIB do Brasil, que alcançou neste

ano o valor de R\$ 2,6 trilhões. Dentre os municípios do CONLESTE que registraram os maiores valores para o PIB, destacam-se: Niterói (R\$ 8,2 bilhões), São Gonçalo (R\$ 7,6 bilhões), Casimiro de Abreu (R\$ 1,6 bilhão), Itaboraí (R\$ 1,5 bilhão) e Magé (R\$ 1,5 bilhão). Já entre os municípios que registraram menores valores de PIB, encontramos: Silva Jardim (R\$ 155 milhões), Tanguá (R\$ 187 milhões) e Guapimirim (R\$ 346 milhões). Os municípios de Maricá (R\$ 795 milhões), Rio Bonito (R\$ 786 milhões) e Cachoeiras de Macacu (R\$ 675 milhões) apresentaram valores de PIB acima de R\$ 500 milhões, ficando, assim, em posições intermediárias.

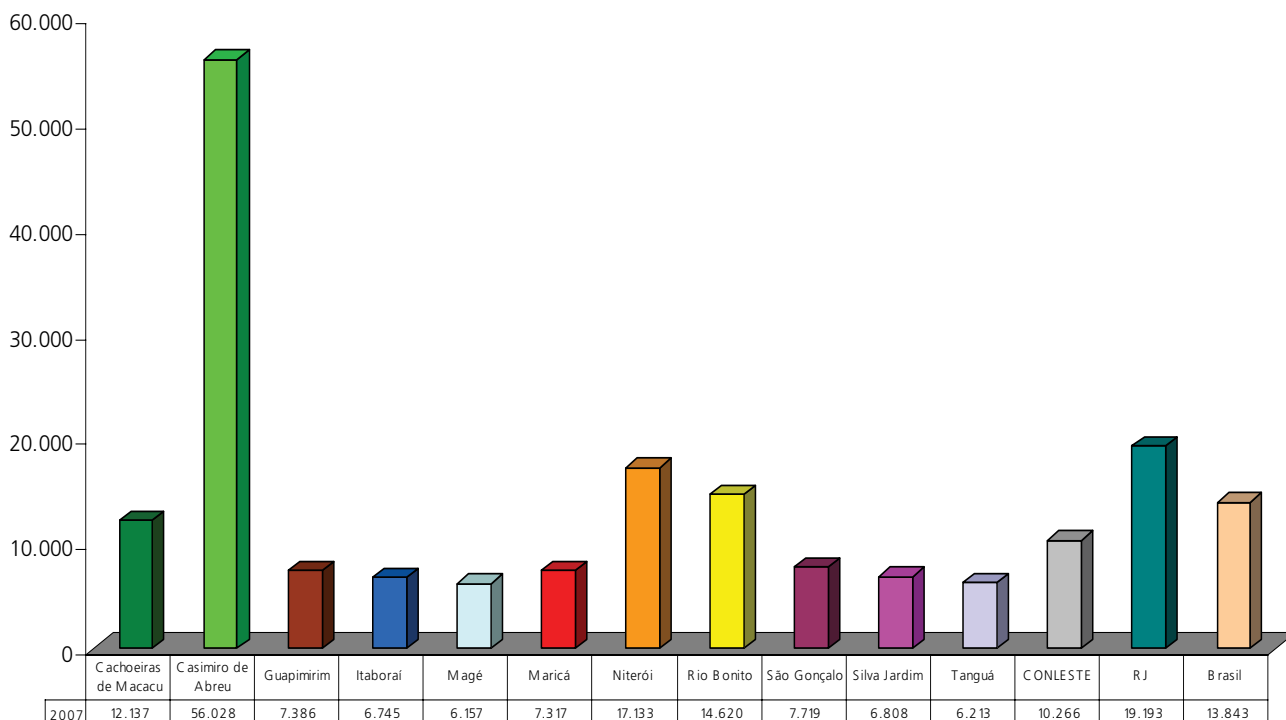
O gráfico abaixo ilustra o PIB per capita a preços constantes (de 2007) nos municípios do CONLESTE para o ano de 2007. A região do CONLESTE apresentava em 2007 um PIB per capita de R\$ 10.266, valor inferior ao do Estado do Rio de Janeiro (R\$ 19.193) e ao do Brasil (R\$ 13.843). Os maiores valores per capita foram observados nos municípios de Casimiro de Abreu (R\$ 56.028), Niterói (R\$ 17.133), Rio Bonito (R\$ 14.620) e Cachoeiras de Macacu (R\$ 12.137) enquanto que os menores valores foram registrados nos municípios de Magé (R\$ 6.157), Tanguá (R\$ 6.213), Itaboraí (R\$

**Valor do PIB nos municípios do CONLESTE a preços constantes de 2007**



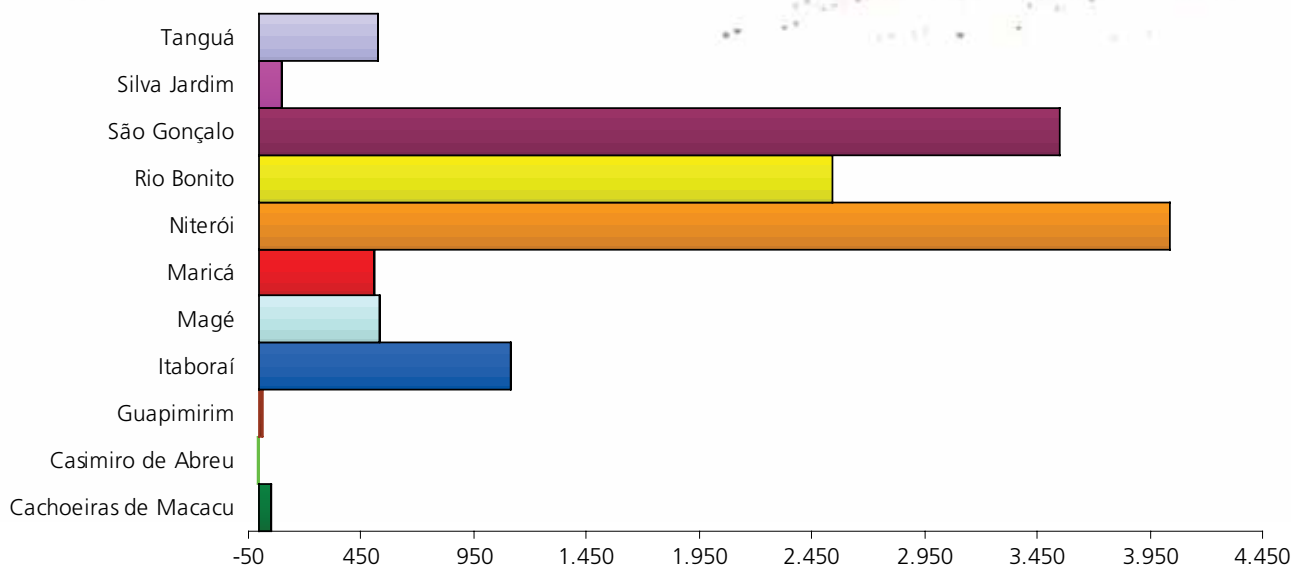
Fontes: PIB municipal IBGE; 2007 estimado pela equipe de economia mantendo-se proporções em relação ao Estado do Rio de Janeiro de 2006; o deflator de 2007 foi calculado implicitamente a partir dos valores nominais e reais do PIB trimestral do Brasil.

**PIB per capita a preços constantes de 2007**



Fontes: PIB municipal IBGE; 2007 estimativa realizada pela equipe de economia baseada na taxa de crescimento 2006-2008.

Criação de postos de trabalho em 2007

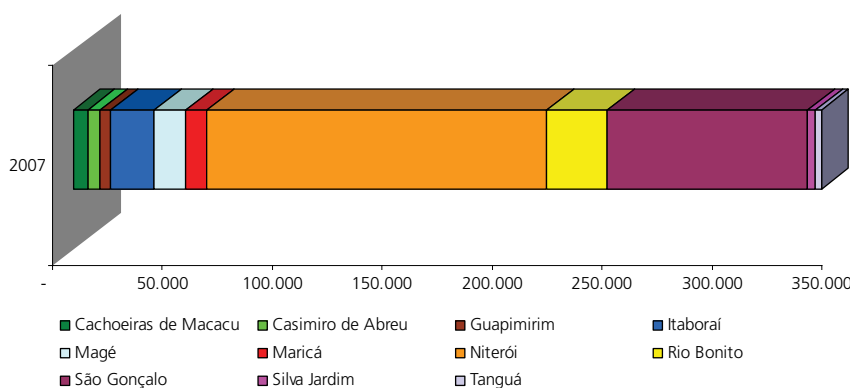


Fonte: CAGED/MT.

6.745), Silva Jardim (R\$ 6.808), Maricá (R\$ 7.317), Guapimirim (R\$ 7.386) e São Gonçalo (R\$ 7.719), posicionando-os abaixo da média do CONLESTE.

De acordo com os dados do Ministério do Trabalho e Emprego (CAGED/MT), a região do CONLESTE registrou a criação de 12.965 postos de trabalho no ano de 2007, resultado de um total de 116.514 admissões e 103.548 desligamentos de trabalhadores nos municípios da região. Com isso, a região do CONLESTE foi responsável por 8,95% e 0,8% do total de postos de trabalho criados no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil, respectivamente, neste mesmo ano. Dentre os municípios do CONLESTE que registraram a criação de mais postos de trabalho, destacam-se: Niterói (com 4.038 postos de trabalho criados), São Gonçalo (com 3.552 postos de trabalho criados), Rio Bonito (com 2.543 postos de trabalho criados) e Itaboraí (com 1.113 postos de trabalho criados). Os municípios de Magé (com 535 postos de trabalho criados), Tanguá (com 521 postos de trabalho criados) e Maricá (com 512 postos de trabalho criados) apresentaram níveis moderados de criação de postos de trabalho, mas abaixo da média da região que é de 1.179 postos de trabalho criados. Já entre os municípios que registraram os menores níveis de criação de postos de trabalho, destacam-se: Guapimirim (com 15 postos de trabalho criados),

Total de empregos formais na região do CONLESTE em 2007



Fonte: RAIS/MT.

Cachoeiras de Macacu (com 48 postos de trabalho criados) e Silva Jardim (com 98 postos de trabalho criados). O município de Casimiro de Abreu (com a eliminação de 10 postos de trabalho) foi o único da região do CONLESTE a registrar um saldo líquido negativo em termos de criação de postos de trabalho no ano de 2007.

Vale destacar que a criação de postos de trabalho é bastante heterogênea na região do CONLESTE, com um pequeno número de municípios concentrando grande parte desses postos de trabalho criados. Somente os municípios de Niterói, São Gonçalo, Rio Bonito e Itaboraí foram responsáveis por 86,7% do total de postos de trabalho criados na região do CONLESTE, enquanto que os demais municípios registraram apenas 13,3% deste total.

O total de empregos formais na região do CONLESTE chegou a 340.395 postos em 2007, conforme o gráfico acima. Assim, a região do CONLESTE foi responsável por 9,3% e 0,91% do total de empregos formais no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil, neste mesmo ano.

Seguindo a tendência verificada na criação de postos de trabalho, o emprego formal na região do CONLESTE apresentava-se fortemente concentrado em determinados municípios. Em 2007, os municípios de Niterói (com 154.364 postos), São Gonçalo (com 91.113 postos), Rio Bonito (com 27.845 postos), Itaboraí (com 19.689 postos) e Magé (com 14.360 postos) eram responsáveis por 90,3% do total de postos de trabalho formal, sendo que Niterói e São Gonçalo eram responsáveis por

72,1% desse total. Entre os demais municípios que juntos eram responsáveis por apenas 9,7% do total de postos de trabalho formais, aqueles que apresentaram as menores participações foram: Tanguá (com 2.831 postos, equivalentes a 0,83% do total de postos de trabalho formal no CONLESTE) e Silva Jardim (com 3.276 postos, equivalentes a 0,96% do total de postos de trabalho formal no CONLESTE), seguidos dos municípios de Guapimirim (com 5.137

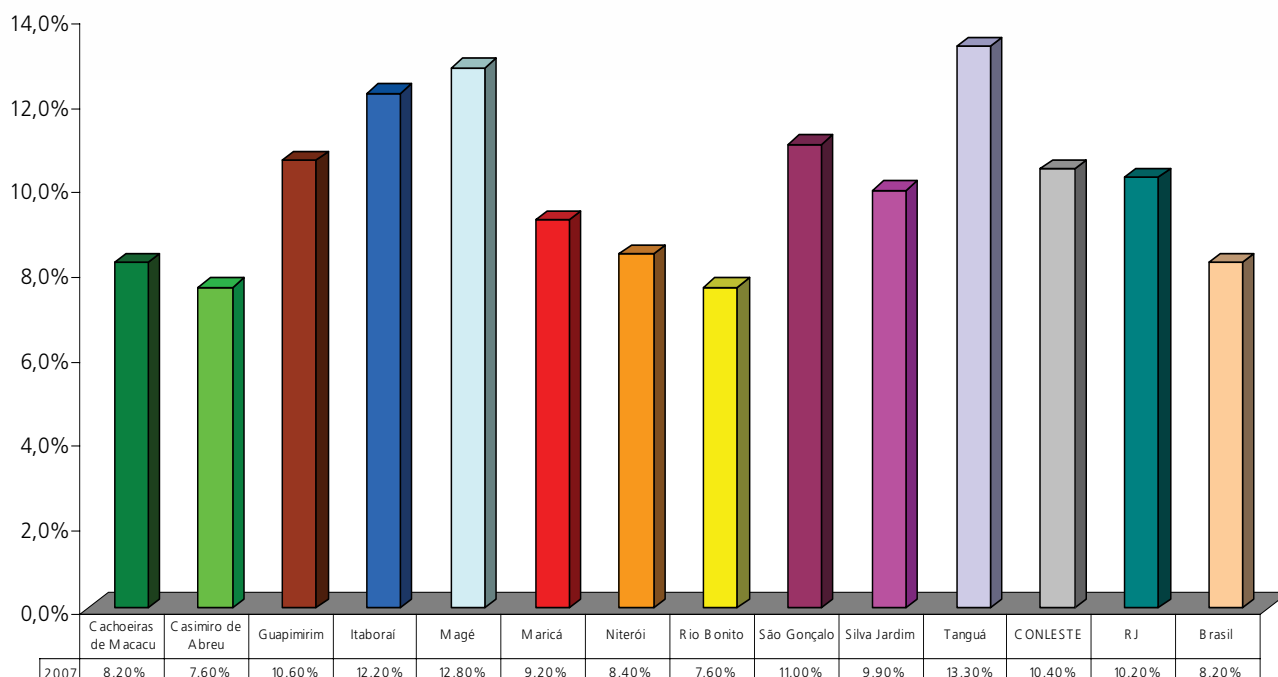
postos, contribuindo com 1,51% do total), Casimiro de Abreu (com 5.471 postos, contribuindo com 1,61% do total), Cachoeiras de Macacu (com 6.674 postos, contribuindo com 1,96% do total) e Maricá (com 9.635 postos, contribuindo com 2,83% do total de empregos formais).

A população economicamente ativa (PEA) se divide em empregos formais, informais e desemprego. Em 2007, a taxa de desemprego no Brasil foi de

8,2% da PEA, enquanto que as taxas do Estado do Rio de Janeiro e da região do CONLESTE foram de 10,2% e 10,4%, respectivamente. Vale notar que a região do CONLESTE, pela própria metodologia aplicada, acompanha o Estado do Rio de Janeiro, embora a taxa verificada nesta região seja ligeiramente superior à verificada no Estado.

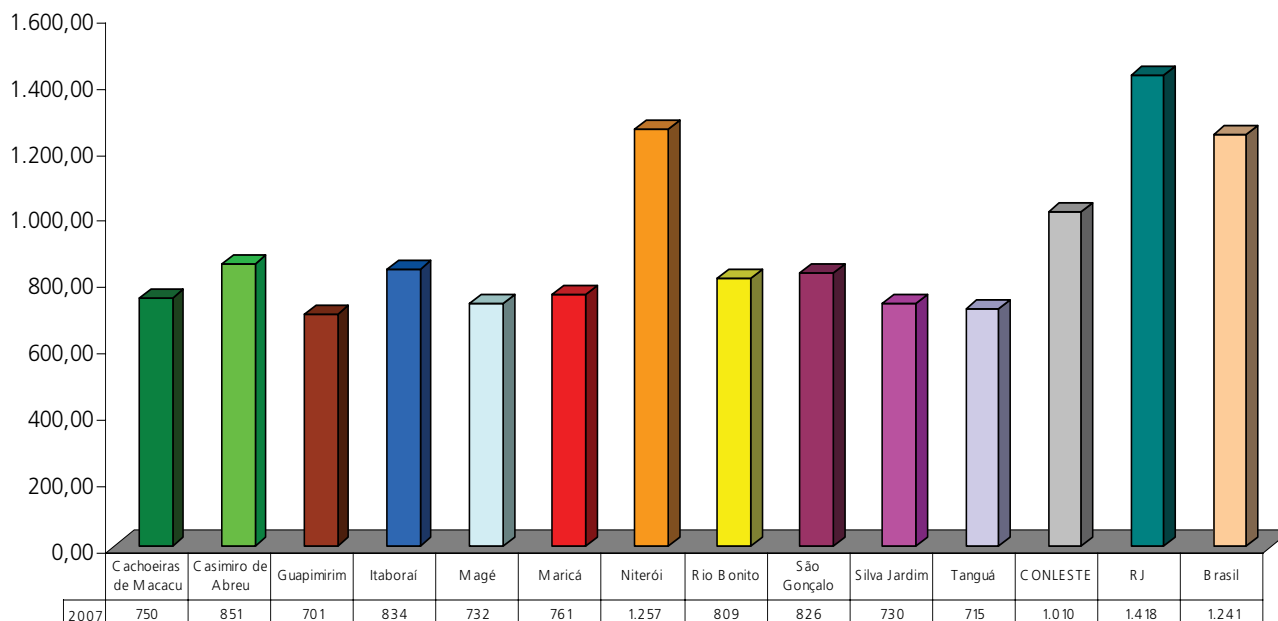
Entre os municípios que integram a região do CONLESTE, as maiores taxas de desemprego foram verificadas

**Taxa de desemprego nos municípios do CONLESTE em 2007**



Fonte: Estimativas da equipe de Economia a partir de dados do Censo (IBGE) e da PNAD (IBGE).

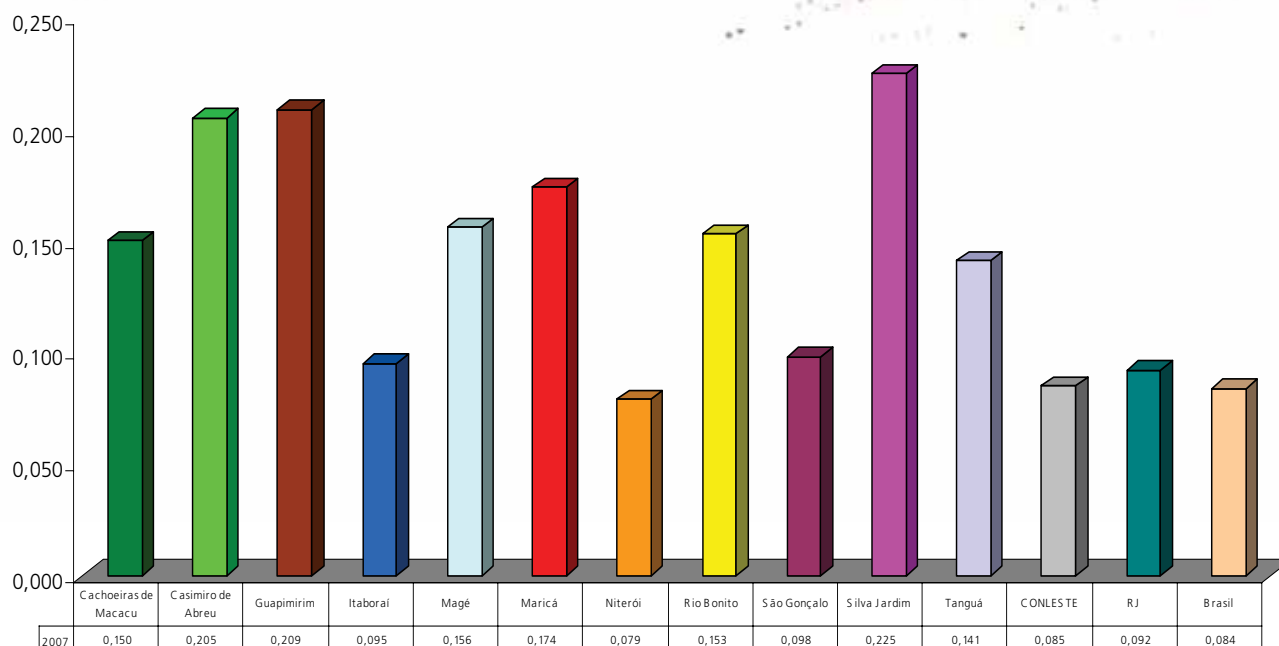
**Remuneração mensal média dos trabalhadores nos municípios do CONLESTE no ano de 2007**



Fonte: RAIS/MT.



## Concentração Produtiva



Fonte: Elaborado pela equipe de Economia a partir de dados da RAIS/MT.

em Tanguá (13,3%), Magé (12,8%), Itaboraí (12,2%), São Gonçalo (11%) e Guapimirim (10,6%), cujas taxas de desemprego registradas foram superiores à taxa do CONLESTE (10,4%). Já entre os municípios que registraram as menores taxas, estão: Casimiro de Abreu e Rio Bonito, ambos com uma taxa de desemprego de 7,6%, seguidos dos municípios de Cachoeiras de Macacu (8,2%), Niterói (8,4%), Maricá (9,2%) e Silva Jardim (9,9%).

Em termos agregados, observa-se, em 2007, um valor de remuneração média mensal na região do CONLESTE de R\$ 1.010, sensivelmente inferior à observada para o total do Estado do Rio de Janeiro (R\$ 1.418) e para o Brasil (R\$ 1.241). Apesar disso, de acordo com o RELATÓRIO 2000-2006, no período recente, o crescimento da remuneração média mensal na região do CONLESTE foi superior ao observado no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil. No ano de 2007, verifica-se também uma dispersão entre as remunerações mensais nos diversos municípios da região, que variaram, por um lado, entre R\$ 701 em Guapimirim e R\$ 715 em Tanguá, e, por outro, R\$ R\$ 1.257, em Niterói. Na

maior parte dos municípios essas remunerações variaram entre R\$ 750-850, conforme a seguinte ordem: Silva Jardim (R\$ 730), Magé (R\$ 732), Cachoeiras de Macacu (R\$ 750), Maricá (R\$ 761), Rio Bonito (R\$ 809), São Gonçalo (R\$ 826), Itaboraí (R\$ 834) e Casimiro de Abreu (R\$ 851).

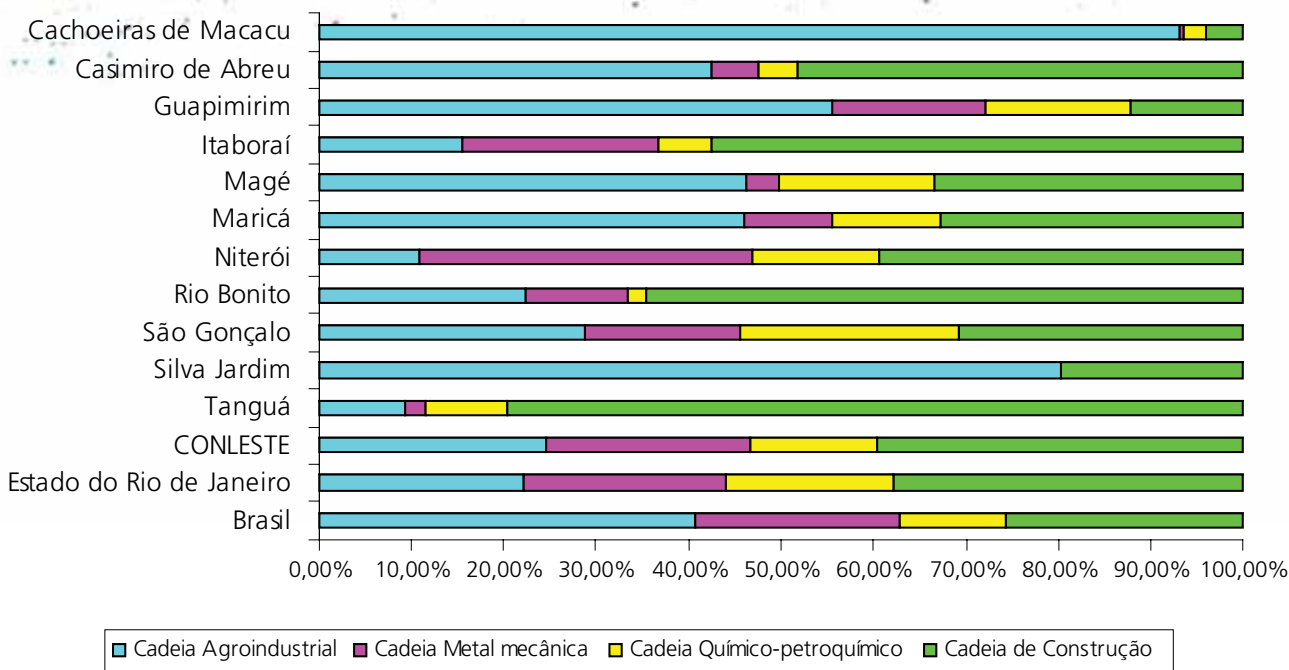
Este indicador relativo aos índices de concentração produtiva<sup>6</sup> trata do grau de concentração das atividades produtivas nos municípios do CONLESTE, comparativamente ao Estado do Rio de Janeiro e ao Brasil. Para caracterizar padrões de especialização produtiva na região do CONLESTE utilizou-se um índice de concentração tradicional (Índice de Herfindhal). Este índice foi calculado para os diversos municípios e para o conjunto do CONLESTE, considerando informações relativas à distribuição do emprego por diferentes ramos de atividade. De acordo com a metodologia do índice utilizado, quanto mais próximo da unidade o mesmo estiver, maior será a concentração da atividade econômica em um número limitado de ramos de atividade. Considerando o valor médio deste índice para 2007, calculado para a região do CONLESTE, para o Estado do

Rio de Janeiro e para o Brasil, verifica-se que o índice de concentração da região (0,085) é praticamente equivalente ao observado para o total do Estado do Rio de Janeiro e para o Brasil (0,092 e 0,084, respectivamente).

No entanto, quando estas informações são desagregadas para os diversos municípios da região, observam-se expressivas diferenças no valor deste índice. Deste modo, é possível diferenciar quatro grupos de municípios quanto ao valor deste índice para o ano de 2007: (i) grupo com estrutura produtiva mais concentrada, com valor do índice superior a 0,20 (valor expressivamente superior à média do Estado e do País), compreendendo os municípios de Silva Jardim (0,225), Guapimirim (0,209) e Casimiro de Abreu (0,205); (ii) grupo com estrutura produtiva com concentração de valor médio para alto (entre 0,15-0,20), compreendendo os municípios de Maricá (0,174), Magé (0,156) e Rio Bonito (0,153); (iii) grupo com estrutura produtiva com concentração de valor baixo para médio (entre 0,09-0,15), compreendendo os municípios de Cachoeiras de Macacu (0,150), Tanguá (0,141), São Gonçalo (0,098) e Itaboraí

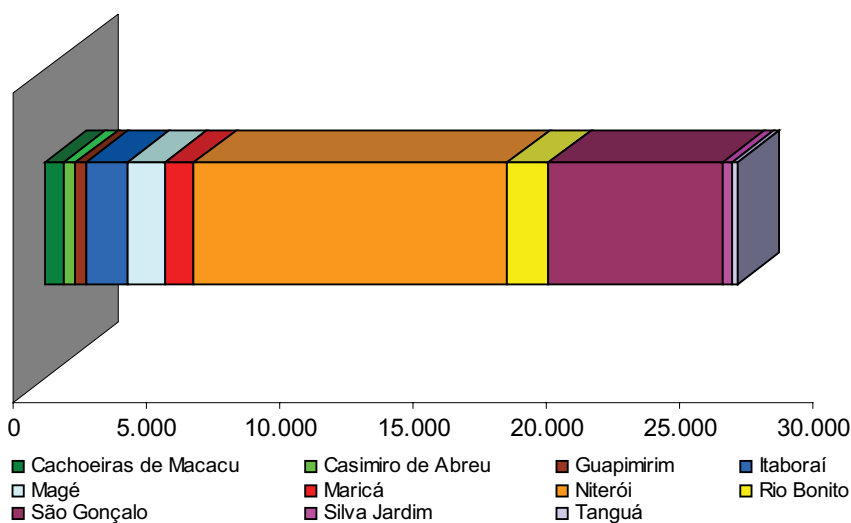
<sup>6</sup> Este indicador foi avaliado por meio do índice de Herfindhal a 2 dígitos, indicando o nível de desagregação de setores econômicos utilizado. Este índice foi calculado para os diversos municípios e para o conjunto da região considerando informações relativas à distribuição do emprego por diferentes setores de atividade (nível de desagregação setorial a dois dígitos da classificação CNAE). Quanto mais próximo de 1 o índice, maior a concentração produtiva. Isto é, menor o número de empresas em determinada atividade econômica, com correspondente menor grau de concorrência nestes setores econômicos.

Empregos nas Cadeias Produtivas em 2007



Fonte: RAIS/MT.

Número Total de PMES em 2007



Fonte: RAIS/MT.

(0,095); (iv) o município de Niterói com estrutura produtiva menos concentrada, com índice de 0,079.

Com relação às principais cadeias produtivas, a partir de uma seleção prévia de atividades econômicas mais relevantes na região, quatro cadeias produtivas foram selecionadas para uma análise mais detalhada: 1) Agroindustrial; 2) Químico-petroquímica; 3) Metal-mecânica; 4) Construção civil. Optou-se, nesse sentido, por considerar critérios abrangentes de especialização produtiva e de superposição de ati-

vidades, visando caracterizar cadeias produtivas com uma maior “dispersão” pelo espaço econômico da região. A ênfase em atividades potencialmente mais afetadas pela viabilização de um empreendimento com as características do COMPERJ – mesmo que estas atividades ainda apresentem uma relativa desarticulação no espaço econômico local no estágio atual – foi outro critério utilizado para a seleção dessas cadeias.

Em 2007, na região do CONLESTE, as quatro cadeias produtivas em conjunto eram responsáveis por 47.483

postos de trabalho formais, divididos em: 13,7% na cadeia químico-petroquímica; 39,64% na cadeia da construção; 22,1% na cadeia metal-mecânica e 24,56% na cadeia agroindustrial. Vale destacar que a participação da cadeia de construção na região do CONLESTE (39,64%) ficou acima da participação desta mesma cadeia no Estado do Rio de Janeiro (37,78%) e Brasil (25,69%), ressaltando a importância desta cadeia produtiva na região.

Em relação aos municípios que integram o CONLESTE, pode-se notar que as atividades econômicas associadas às cadeias de construção e agroindustrial ganham especial relevância. No caso da cadeia de construção destacaram-se os municípios de Tanguá, onde esta cadeia foi responsável por 79,53% dos empregos gerados nas quatro cadeias estudadas, Rio Bonito (com 64,6%), Itaboraí (com 57,58%) e Casimiro de Abreu (com 48,22%). No caso da cadeia agroindustrial, os municípios de Cachoeiras de Macacu, Silva Jardim e Guapimirim foram os que mais se destacaram, com esta cadeia sendo responsável por 93,13%, 80,15% e 55,49% do total de empregos gerados nas quatro cadeias produtivas estudadas, respectivamente. Os municípios de Magé e Maricá também apresentaram forte

influência das cadeias da construção e agroindustrial, embora tal influência tenha sido mais equitativa entre essas duas cadeias, que em conjunto foram responsáveis por 79,72% e 78,73% dos empregos gerados nas quatro cadeias estudadas, nos respectivos municípios. Já o município de Niterói apresentou forte influência não somente da cadeia da construção (39,46%), mas também da cadeia metal-mecânica (35,95%), devido principalmente ao peso da indústria naval no município. De modo similar, o município de São Gonçalo apresentou forte influência da cadeia da construção (30,73%) e da cadeia químico-petroquímico (23,73%).

O empreendedorismo é fortalecido, assim como o emprego, quando aumentam o número e a qualidade das Pequenas e Médias Empresas (PMEs) que se instalam em uma determinada região. Em 2007, o número de PMEs no Estado do Rio de Janeiro foi de 227.954, enquanto que na região do CONLESTE este número chegou a 25.984, o que corresponde a 11,4% do total de PMEs do Estado do Rio de Janeiro.

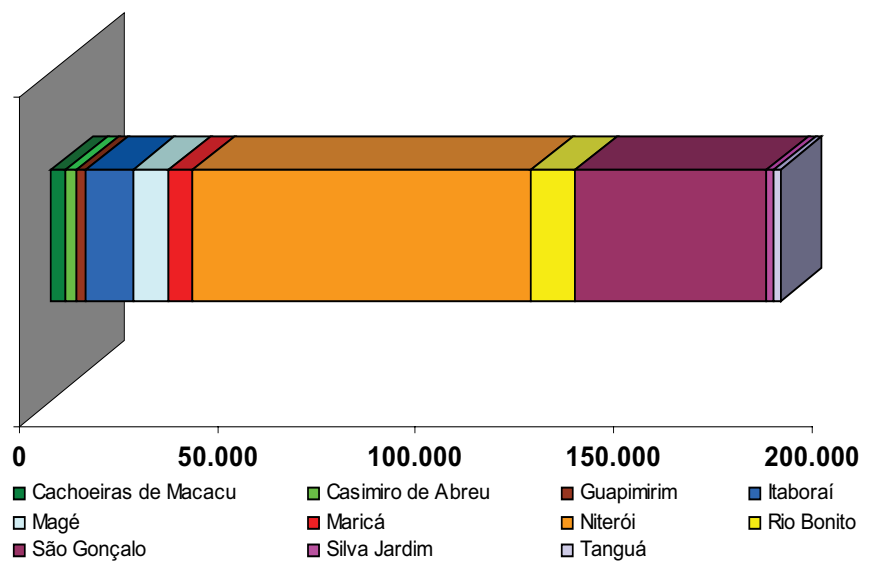
Em relação à região do CONLESTE, é importante destacar o caráter heterogêneo da distribuição de PMEs entre seus municípios. Em 2007, os municípios de Niterói (com 11.766 PMEs) e São Gonçalo (com 6.528 PMEs) foram

responsáveis por 70,4% do total de PMEs desta região. Os municípios de Rio Bonito (com 1.544 PMEs), Itaboraí (1.531 PMEs), Magé (1.420 PMEs) e Maricá (1.092 PMEs) ficaram em um patamar intermediário em termos de PMEs, embora todos estes municípios tenham ficado abaixo da média da região (2.362 PMEs). Já os municípios de Cachoeiras de Macacu (com 705 PMEs), Casimiro de Abreu (com 451 PMEs), Guapimirim (com 393 PMEs), Silva Jardim (com 333 PMEs) e Tanguá (com

224 PMEs) foram os que apresentaram os menores números de PMEs.

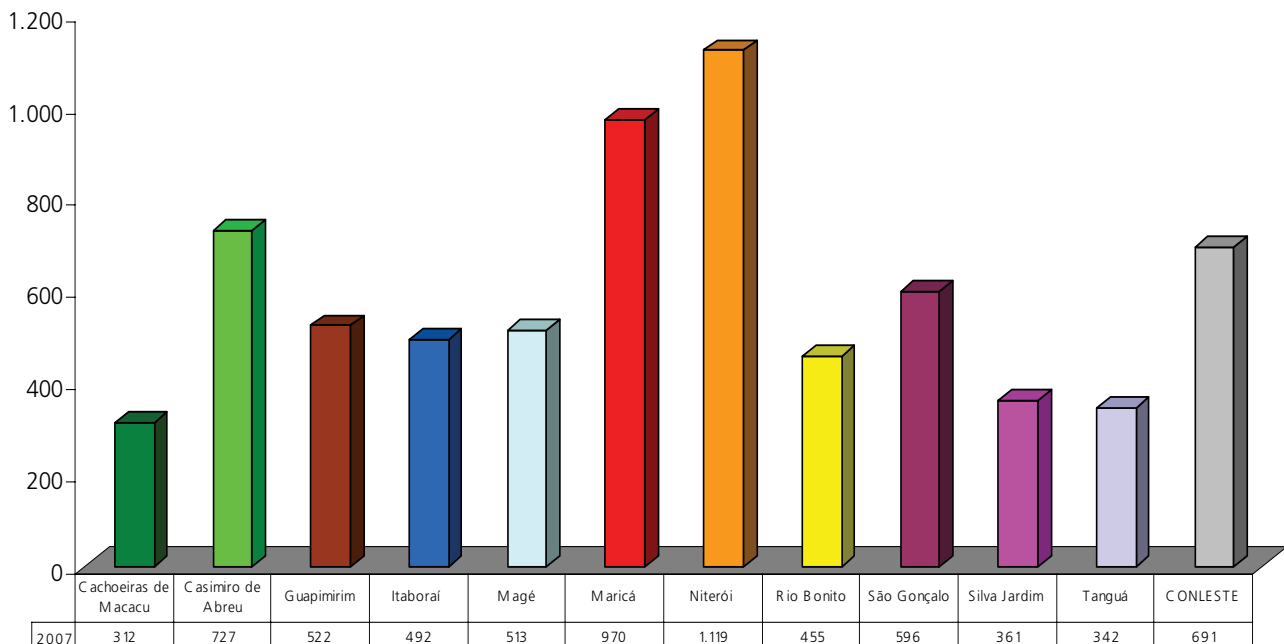
Em 2007, o número de empregos gerados por PMEs na região do CONLESTE foi de 184.029, cerca de 11,6% do total de empregos gerados por PMEs no Estado do Rio de Janeiro, cujo total foi de 1.584.293, neste mesmo ano. Em relação aos municípios do CONLESTE que apresentaram números mais elevados de empregos gerados por PMEs, destacam-se: Niterói (com 85.533 postos), São Gonçalo (com 48.354), Itaboraí

Número de emprego gerado por Pequenas e Médias Empresas (PMEs) em 2007



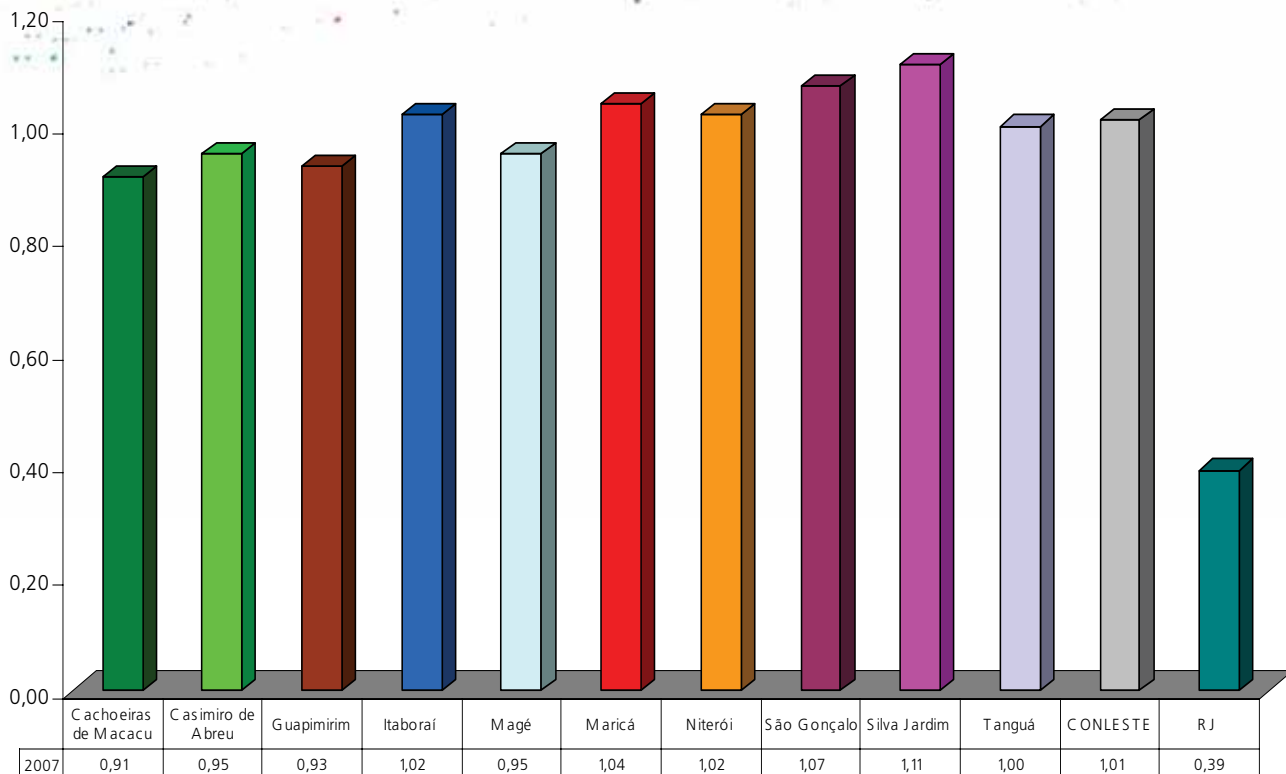
Fonte: RAIS/MT.

Consumo residencial per capita de energia elétrica (kWh) em 2007



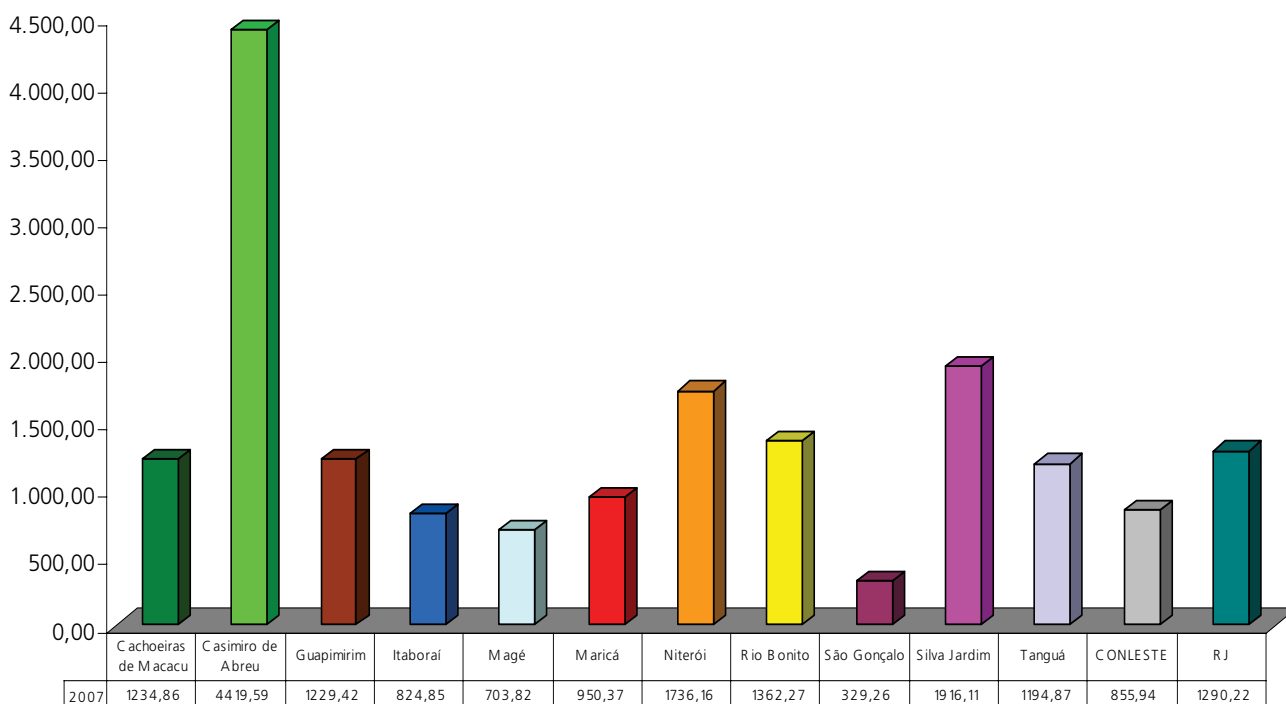
Fonte: AMPLA.

Equilíbrio orçamentário em 2007



Fonte: Elaborado pela equipe de Economia a partir de dados da FINBRA – STN e do TCE-RJ.

Receita Orçamentária per capita corrente em 2007



Fonte: Elaborado pela equipe de Economia a partir de dados da FINBRA – STN e do TCE-RJ.

(com 11.828 postos) e Rio Bonito (com 10.935 postos). Os municípios de Magé e Maricá apresentaram em suas PMEs a geração de 8.996 e 6.204 postos de trabalho, respectivamente, enquanto os demais municípios registraram patamares inferiores: Cachoeiras de Macacu (com 3.842 postos), Guapimirim (com 2.507 postos), Casimiro de Abreu (com 2.428 postos), Silva Jardim (com 1.805 postos) e Tanguá (com 1.597 postos).

A disponibilidade de fontes modernas de energia é pré-requisito ao desenvolvimento econômico e à promoção do bem-estar da população. Por essas razões, a promoção do acesso da população a fontes modernas de energia é peça usual de políticas energéticas em economias em desenvolvimento, como a brasileira.

O consumo residencial per capita de energia elétrica na região do CONLESTE (691 kWh/habitante) foi significativamente superior à média nacional (459 kWh/habitante) em 2007. Vale notar que há grande diversidade nos municípios analisados nesse aspecto: o consumo médio de um morador de Niterói é 3,6 vezes su-

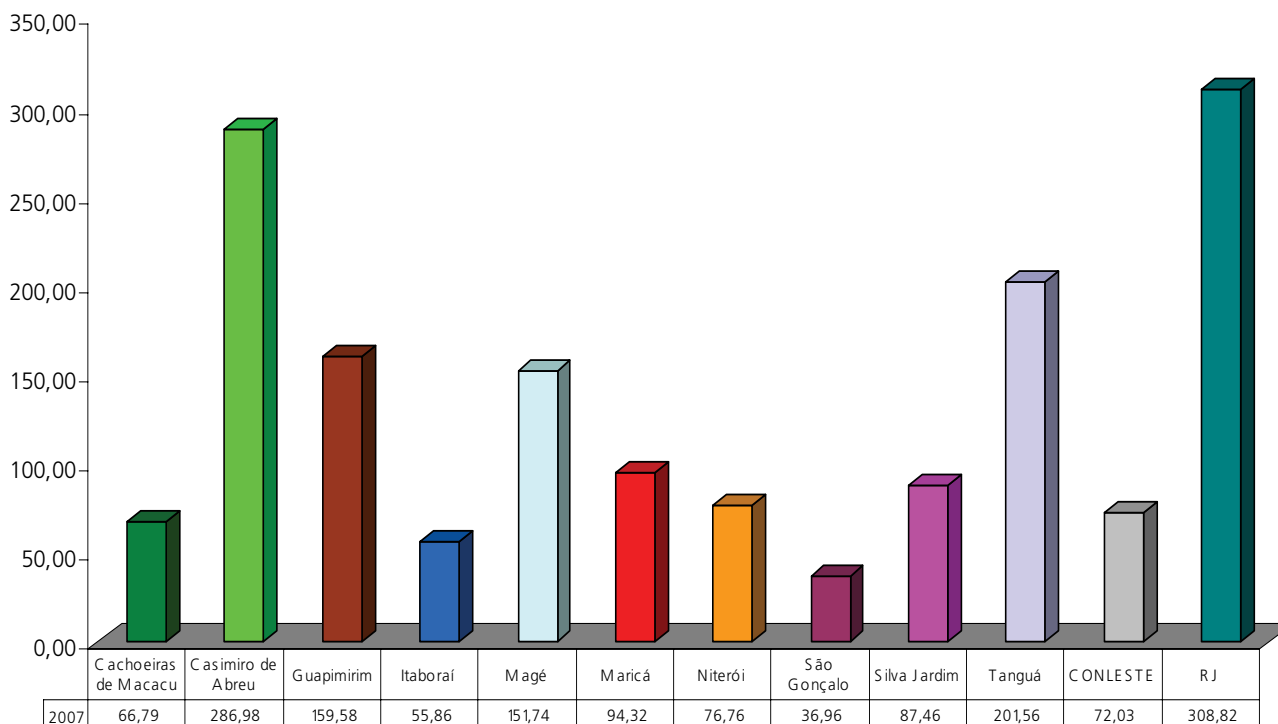
Macacu. Isso indica que o padrão de vida é bastante distinto entre os moradores desses municípios. O consumo residencial de eletricidade é determinado pela posse de equipamentos eletrodomésticos. Os habitantes dos municípios com consumo per capita inferior a 400 kWh certamente dispõem de número limitado de equipamentos, utilizando eletricidade basicamente para iluminação<sup>7</sup>. Os municípios que, em 2007, apresentaram um consumo residencial de eletricidade per capita acima, ou igual, a 400 kWh foram: Niterói (1.119 kWh), Maricá (970 kWh), Casimiro de Abreu (727 kWh), São Gonçalo (596 kWh), Guapimirim (522 kWh), Magé (513 kWh), Itaboraí (492 kWh) e Rio Bonito (455 kWh). Já os municípios que registraram um consumo inferior ao patamar de 400 kWh foram: Cachoeiras de Macacu (312 kWh), Tanguá (342 kWh) e Silva Jardim (361 kWh).

A análise da situação fiscal dos 11 municípios do CONLESTE<sup>8</sup> objetiva avaliar em que medida as finanças públicas destes municípios os permite financiar

investimentos em infraestrutura social e econômica necessária, face ao crescimento esperado, devido à implantação do COMPERJ nesta região. Em 2007, os municípios do CONLESTE, em média, apresentaram equilíbrio orçamentário, ou seja, as receitas públicas se igualam às despesas, enquanto que, para o conjunto dos municípios do Estado do Rio, identifica-se um déficit de quase 60%, neste mesmo ano, conforme podemos observar no gráfico. Neste aspecto, destacam-se os municípios de Cachoeiras de Macacu (déficit de 9%), Guapimirim (com déficit de 7%), Casimiro de Abreu e Magé (ambos com déficit de 5%). Por outro lado, os municípios de Silva Jardim (superávit de 11%), São Gonçalo (superávit de 7%), Maricá (superávit de 4%), Itaboraí (superávit de 2%) e Niterói (superávit de 2%) apresentaram um volume de receitas superior a suas despesas. O município de Tanguá foi o único da região do CONLESTE a apresentar um exato equilíbrio orçamentário entre receitas e despesas.

A receita orçamentária per capita na

### Investimento público per capita

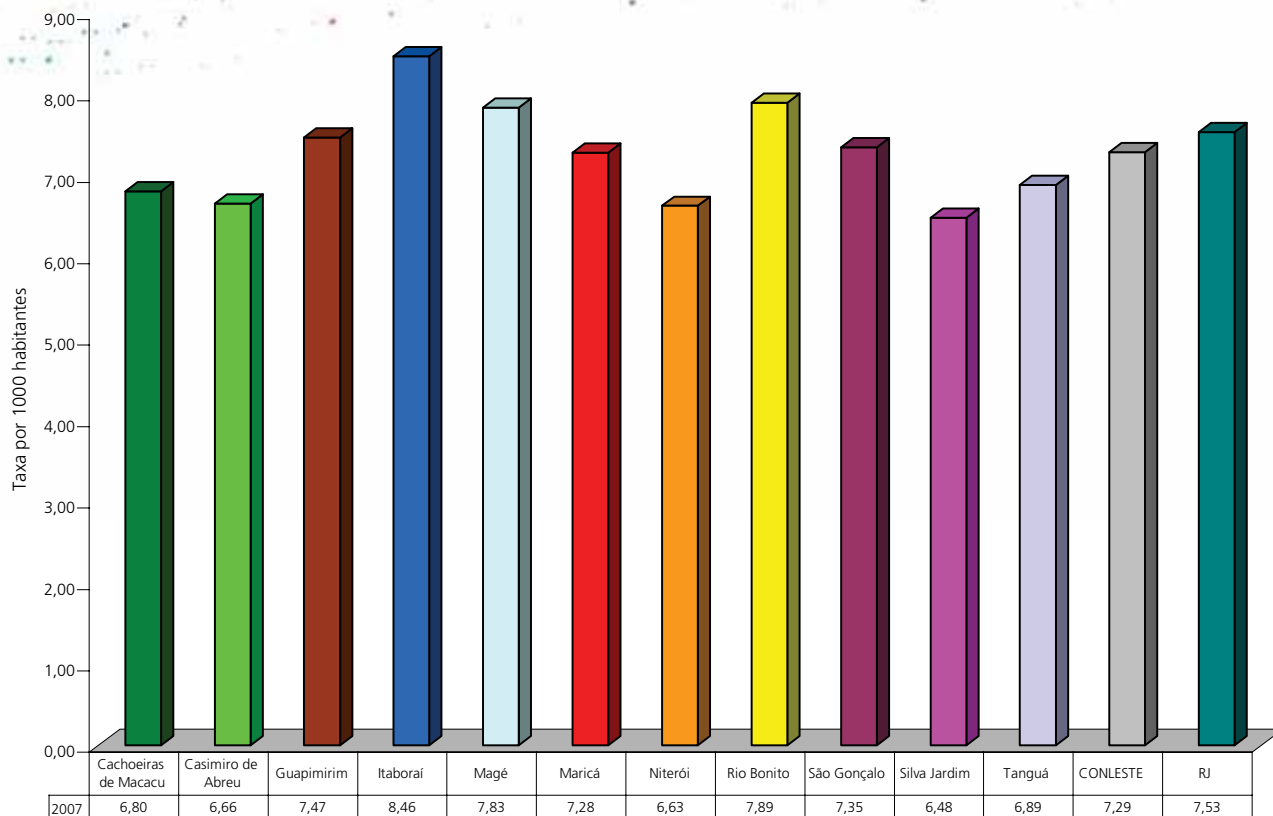


Fonte: Elaborado pela equipe de Economia a partir de dados da FINBRA – STN e do TCE-RJ.

<sup>7</sup> O consumo médio de eletricidade em Cachoeiras do Macacu corresponde ao de uma residência com cinco lâmpadas incandescentes, uma geladeira e uma TV, considerando que quatro pessoas moram na residência e um padrão médio de utilização desses equipamentos.

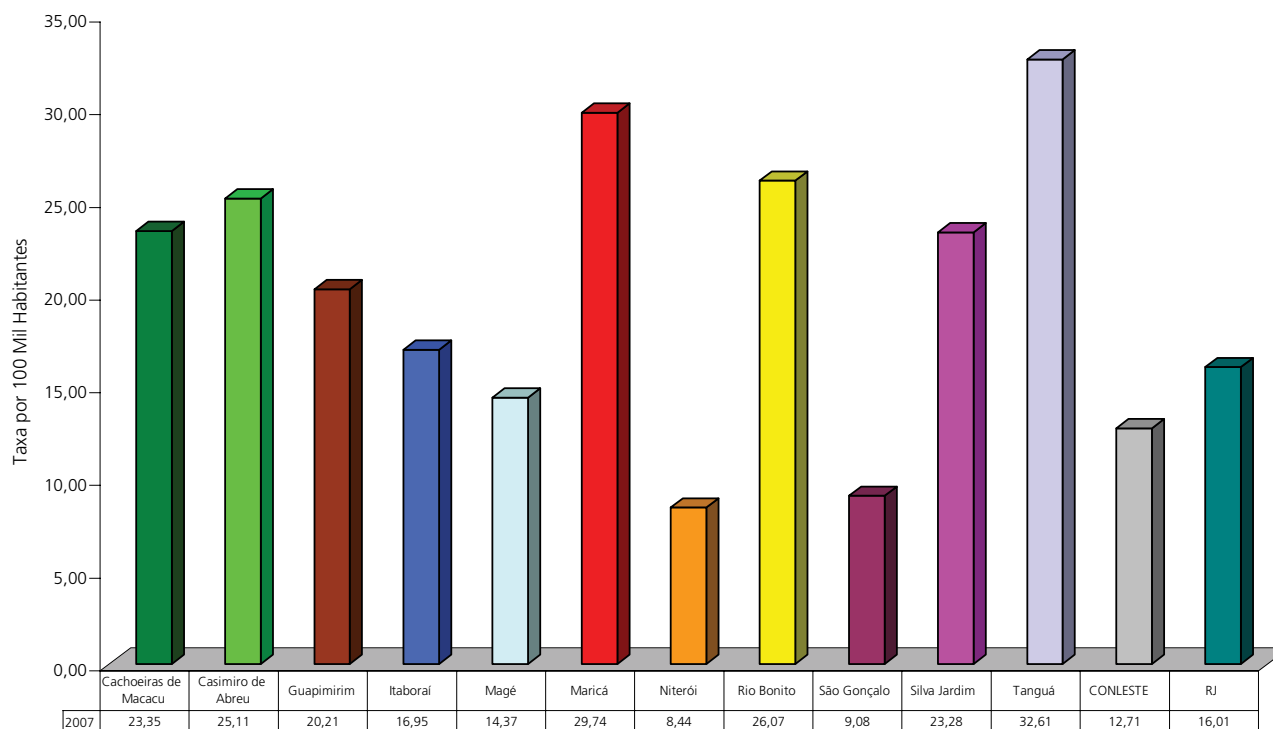
<sup>8</sup> Os dados sobre receita orçamentária do município de Rio Bonito ainda não estão disponíveis para o ano de 2007. Por isso, não foi possível calcular o indicador de equilíbrio orçamentário para este município.

Taxa de mortalidade geral por 1.000 habitantes



Fonte: SIM/DATASUS

Taxa de mortalidade por acidentes de transporte por 100.000 habitantes



Fonte: SIM/DATASUS

região do CONLESTE foi de R\$ 855,94, enquanto que no Estado do Rio de Janeiro este valor chegou a R\$ 1.290,22 em 2007. Dentre os municípios do CONLESTE que apresentaram maiores níveis de receita orçamentária per capita em 2007, destacam-se: Casimiro de Abreu (R\$ 4.419,59), Silva Jardim (R\$ 1.916,11), Niterói (R\$ 1.736,16), Rio Bonito (R\$ 1.362,27), Cachoeiras de Macacu (R\$ 1.234,86), Guapimirim (R\$ 1.229,42) e Tanguá (R\$ 1.194,87). Já entre os municípios de receita orçamentária per capita corrente mais baixa, destacam-se: São Gonçalo (R\$ 329,26), Magé (R\$ 703,82), Itaboraí (R\$ 824,85) e Maricá (R\$ 950,37).

Em 2007, a região do CONLESTE<sup>9</sup> registrou um investimento per capita de R\$ 72,03, ficando abaixo da média do Estado do Rio de Janeiro, que foi de R\$ 308,82. Entretanto, cabe destacar que os municípios de Casimiro de Abreu (R\$ 286,98), Tanguá (R\$ 201,56), Guapimirim

(R\$ 159,58) e Magé (R\$ 151,74) apresentam taxas elevadas de investimento per capita, neste mesmo ano. O desempenho destes municípios contrasta com as taxas observadas nos municípios de São Gonçalo (R\$ 36,96), Itaboraí (R\$ 55,86) e Cachoeiras de Macacu (R\$ 66,79), cujas taxas de investimentos per capita são ainda mais baixas do que a média do CONLESTE. Já os municípios de Maricá (R\$ 94,32), Silva Jardim (R\$ 87,46) e Niterói (R\$ 76,76) apresentaram valores ligeiramente acima da média observada na região do CONLESTE.

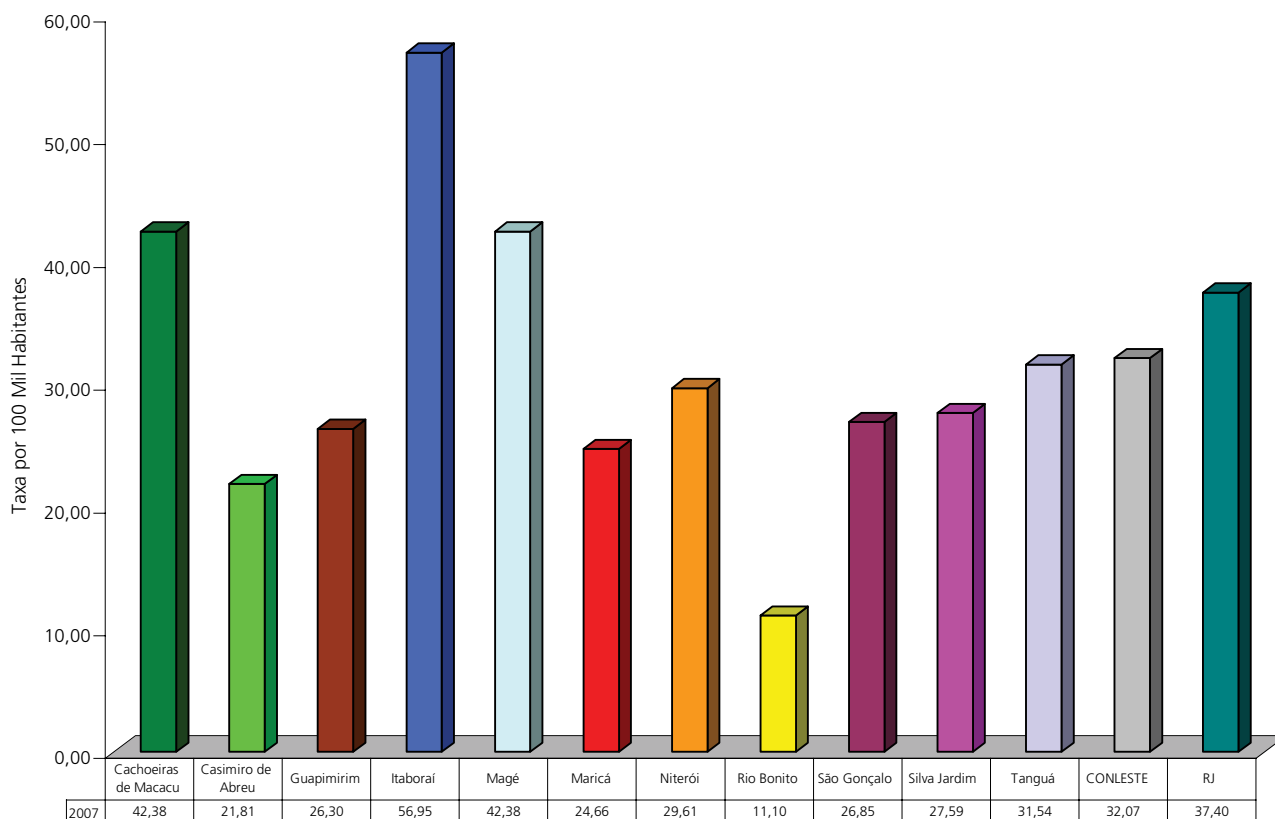
Em 2007, os municípios de Guapimirim, Itaboraí, Magé, Rio Bonito e São Gonçalo apresentam taxas de mortalidade superiores às do CONLESTE e do Estado do Rio de Janeiro, sendo que os índices mais altos são verificados em Itaboraí e Rio Bonito. Casimiro de Abreu, Silva Jardim, Tanguá, Niterói e Cachoeiras de Macacu têm os menores coeficientes, situando-se abaixo dos ín-

dices da região e do Estado.

Em 2007, a maioria dos municípios, com exceção de Magé, Niterói e São Gonçalo, apresentam taxas de mortalidade por acidentes de transporte que ultrapassam aquelas encontradas na região do CONLESTE e no Estado do Rio de Janeiro. Tanguá e Maricá registram as maiores incidências, destacando-se dos demais municípios, com índices duas vezes mais altos do que os do Estado do Rio de Janeiro.

No que se refere à mortalidade por agressões, em 2007 a maioria dos municípios, com exceção de Cachoeiras de Macacu, Itaboraí e Magé apresentam taxas inferiores às da região do CONLESTE e do Estado do Rio de Janeiro. Destacam-se Cachoeiras de Macacu, Itaboraí e Magé, pois concentram 35 % dos óbitos por agressão ocorridos na região, ultrapassando o coeficiente encontrado no CONLESTE e no Estado.

#### Taxa de mortalidade por agressões por 100.000 habitantes



Fonte: SIM/DATASUS

<sup>9</sup> Os dados sobre investimentos no município de Rio Bonito ainda não estão disponíveis para o ano de 2007. Por isso, não foi possível calcular o indicador de Investimento per capita para este município.



## REALIZAÇÃO

**ONU HABITAT**  
POR UN MEJOR FUTURO URBANO

## PARCEIROS



Universidade  
Federal  
Fluminense



## APOIO

Conselho Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense –  
CONLESTE

|  |                                     |
|--|-------------------------------------|
| Município de Cachoeiras de Macacu        | Município de Niterói                |
| Município de <del>Culmiro</del> de Abreu | Município de <del>Rio Bonito</del>  |
| Município de <del>Guapimirim</del>       | Município de <del>São Gonçalo</del> |
| Município de Itaboraí                    | Município de Silva Jardim           |
| Município de Magé                        | Município de Tanguá                 |
| Município de Maricá                      |                                     |

